

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**DEBORA BARROS DE MEDEIROS**

**HIBRIDISMO E MENSURAÇÃO DEMOCRÁTICA**

**RECIFE  
2017**

**DEBORA BARROS DE MEDEIROS**

**HIBRIDISMO E MENSURAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Pernambuco.

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges  
Gama Neto**

**RECIFE**

**2017**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M488h Medeiros, Débora Barros de.  
Hibridismo e mensuração democrática / Débora Barros de  
Medeiros. – 2017.  
68f. :il. ; 30cm.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife,  
2017.

Inclui Referências.

1.Ciência política. 2. Democracia. 3. Governo comparado. I.  
Gama Neto, Ricardo Borges (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2017-125)

**DEBORA BARROS DE MEDEIROS**

**HIBRIDISMO E MENSURAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Aprovada em 09 de fevereiro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Ricardo Borges Gama Neto  
(Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira  
(Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. José Mario Wanderley Gomes Neto  
(Examinador Externo)  
Universidade Católica de Pernambuco

## RESUMO

O presente trabalho busca abordar as diferentes conceituações democráticas a partir do estudo de diferentes medidores democráticos e dos possíveis pontos teóricos de conflito entre os mesmos. Busca oferecer uma discussão teórica acerca do que vem a ser democracia e a não democracia, a partir dos diferentes conceitos apresentados na literatura da ciência política, por diferentes autores. Apresenta uma diferenciação entre conceitos procedimentais e não procedimentais, e aborda conceitos que vão desde o mais enxuto ao mais robusto diferenciando-os entre si de acordo com suas particularidades. A partir dessa discussão, apresenta uma análise prática da conceituação e medição democrática de dois casos reais dentro do recorte da América Latina. A metodologia de cada medidor também é discutida à luz das reflexões teóricas geradas a partir da literatura da ciência política atual explicitada no início do presente trabalho. Os medidores analisados são o FreedomHouse, Polity IV e V-Dem. Os países exemplificados são Brasil e Venezuela.

**Palavra-chave:** Democracia. Mensuração Democrática. Hibridismo. Freedom House. Polity IV. V-Dem.

## **ABSTRACT**

The paper seeks to approach different concepts of democracy through a study of different measures and of possible conflicts among them. It offers a theoretical discussion about democracy and non-democracy, as well as a practical analysis of two cases inside the scope of Latin America. Each measure's methodology is discussed based on the theoretical insight provided by the current political science literature. The three measures being analyzed are: Freedom House, Polity IV and V-Dem. The two countries exemplified are Brazil and Venezuela

**Key words:** Democracy. Democracy Measurement. Hybrid Regimes. Freedom House. Polity IV. V-Dem.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2</b>	<b>DEFINIÇÕES E HIBRIDISMO</b> .....	9
<b>2.1</b>	<b>Definições procedimentais</b> .....	10
<b>2.1.1</b>	Definição “submínima”.....	10
<b>2.1.2</b>	Definição Mínima.....	13
<b>2.1.3</b>	Definições Substantivas.....	17
<b>2.2</b>	<b>Hibridismo</b> .....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	27
<b>4</b>	<b>MEDIDORES DEMOCRÁTICOS</b> .....	28
<b>4.1</b>	<b>Freedom House</b> .....	28
<b>4.1.1</b>	Pontuação.....	29
<b>4.1.2</b>	Classificação.....	29
<b>4.1.3</b>	Status.....	32
<b>4.2</b>	<b>Polity IV</b> .....	32
<b>4.2.1</b>	Democracia (DEMOC).....	34
<b>4.2.2</b>	Autocracia (AUTOC).....	35
<b>4.2.3</b>	Componentes.....	36
<b>4.3</b>	<b>Varieties of Democracy (V-DEM)</b> .....	39
<b>4.3.1</b>	Princípios democráticos;.....	39
<b>4.3.2</b>	Índices de Democracia.....	40
<b>5</b>	<b>DIFERENÇAS PRÁTICAS: EXEMPLOS DA AMÉRICA LATINA</b> .....	44
<b>5.1</b>	<b>Brasil</b> .....	45
<b>5.1.1</b>	Democracia segundo diferentes medidores.....	45
<b>5.1.2</b>	Democracia segundo diferentes abordagens.....	48
<b>5.2</b>	<b>Venezuela</b> .....	50
<b>5.2.1</b>	Democracia segundo diferentes medidores.....	50
<b>5.2.2</b>	Democracia segundo diferentes abordagens.....	54
<b>6</b>	<b>COMPARAÇÃO TEÓRICA DE MEDIDORES</b> .....	57
<b>6.1</b>	<b>Na Literatura</b> .....	57
<b>6.2</b>	<b>No Presente Trabalho</b> .....	61
<b>6.2.1</b>	Freedom House.....	61
<b>6.2.2</b>	Polity IV.....	62

<b>6.2.3</b>	<b>V-Dem.....</b>	<b>63</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a discussão da democracia seja um tema comum à ciência política mundial, muito acerca de seus pormenores ainda precisa ser discutido. A ideia da democracia como o modelo de regime mais utilizado e buscado atualmente pouco faz para esclarecer o porquê de tal preferência.

As diferentes conceituações levam a diferentes percepções sobre aquilo que a democracia vem a ser, mas também daquilo que ela não é. A falta de consenso dentro da própria ciência política é algo que pode interferir na pesquisa empírica de modo a causar confusão sobre seus resultados. Pelo mesmo motivo, tais resultados podem ser manipulados a representar pontos de vista enviesados desde o momento da conceituação norteadora inicial.

A questão da medição da democracia – e da não-democracia – é um assunto importante para a pesquisa empírica da ciência política, já que é a base para uma discussão mais ampla acerca de regimes e suas mudanças.

Por essa razão, o presente trabalho busca analisar três diferentes medidores de democracia utilizados pela ciência política, com o intuito de apontar possíveis pontos de conflito entre os mesmos, dentro do recorte da América Latina. Para tanto, irá discutir primeiramente as diferentes conceituações democráticas que podem influenciar a mensuração da mesma. Logo, o trabalho abordará brevemente a não-democracia a partir do conceito chave do hibridismo, de modo a permitir as várias formas não-democráticas que existem no mundo contemporâneo. Por fim, o trabalho irá abordar medidores democráticos e suas diferenças, a partir de exemplos reais.

A partir dos casos-exemplo do Brasil e da Venezuela, a diferença entre a mensuração de diferentes medidores será explicitada, assim como sua (in)capacidade de abordar e representar as não-democracias. Embora existam dados disponíveis para todos os países latinoamericanos, por motivos de limitações de tamanho e pelo desejo da autora de aprofundar-se em cada um dos casos, somente dois países serão utilizados como exemplo. Fica então a recomendação para futuros trabalhos sobre a região.

Desse modo, o presente trabalho se propõe a discutir a democracia, a não-democracia, as mudanças de regime e as influências desses conceitos para a medição da democracia e como isso pode afetar a pesquisa empírica da ciência política. Além disso, o presente trabalho buscará abordar os possíveis conflitos entre medidores democráticos e explicar os motivos para tal.

## 2 DEFINIÇÕES E HIBRIDISMO

Para discutir hibridismo é necessário, primeiramente, precisar a definição de democracia adotada por diferentes autores. Se objetivo é discutir aquilo que a democracia não é, é lógico que se comece a partir da discussão daquilo que ela pode ser.

Não é uma tarefa simples, nem tampouco existe consenso dentro da literatura da ciência política. Exatamente por isso, a discussão do seu significado é um passo inicial fundamental para o entendimento das implicações de sua ausência (e como ela pode ser notada). Como colocado por O'Donnell (1999):

“Classificar um caso como ‘democrático’ ou não é mais que um mero exercício acadêmico; tem implicações morais, na medida em que na maior parte do mundo contemporâneo existe um consenso de que a democracia, independente de como é definida, é um tipo de governo normativamente preferível. Essa qualificação também traz conseqüências práticas, pois no atual sistema internacional o acesso a importantes benefícios tem estado dependente da avaliação da condição democrática de um país.”

As diferentes definições de democracia adotadas por diferentes autores e medidores democráticos acarretam conseqüências reais para o tratamento do que é considerado como “não-democracia”. Se uma determinada definição de democracia é adotada, logo a definição de não-democracia será simplesmente uma negação (ou oposição) desta. A necessidade de esclarecimento conceitual faz-se necessária devido a proliferação de qualificativos e adjetivos ligados ao termo democracia, que demonstram que existe ainda muita divergência a respeito do que é esperado desta.

Desse modo, este trabalho começa por apresentar os diferentes tipos de definições do termo democracia. O critério adotado, comum a muitos pesquisadores do assunto baseia-se na presença ou ausência de determinados procedimentos na construção do significado de democracia.

Assim, diferenciam-se as abordagens que baseiam este significado na presença obrigatória de determinados procedimentos, as chamadas definições procedimentais, e as abordagens que buscam não limitar o conceito à presença (ou ausência) de procedimentos, as chamadas definições substantivas.

Seguindo a ideia proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001), as definições procedimentais são ainda subdivididas em duas categorias: as definições submínimas e as definições mínimas. Enquanto grande parte dos autores trabalham todas as definições procedimentais como mínimas e portanto representantes do mesmo grupo,

Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001) propõem que existe uma diferença ligada à quantidade de procedimentos que são englobados por diferentes definições, e que essa diferença é fundamental o suficiente para que seja tratada como um caso à parte.

## 2.1 Definições procedimentais

As definições procedimentais são aquelas que utilizam-se de um número  $x$  de processos para caracterizar a democracia. Nessa visão, o que determina o conceito de democracia – e consequentemente de não-democracia – são os processos que precisam ocorrer em um determinado país para que este possa ser considerado democrático (ou não).

As definições procedimentais são bastante comuns na literatura da ciência política por duas razões. A primeira, e mais importante, é que este tipo de definição apresenta uma vantagem empírica. É mais fácil distinguir entre democracia e não-democracia, simplesmente por se tratar de uma definição objetiva: se houver os procedimentos  $x$ , trata-se de uma democracia; se não estiverem lá, trata-se de uma não-democracia.

A segunda razão pela qual as definições procedimentais são muito utilizadas por pesquisadores da ciência política é que tais definições evitam que o conceito de democracia se torne, como colocado por Przeworski (1999), “um altar onde todos penduram os seus ex-votos preferidos”. Isto é, que o termo “democracia” seja usado como um depósito de todos os valores normativos considerados positivos, o que acabaria por descaracterizá-lo pelo que realmente representa, além de inutilizá-lo do ponto de vista empírico.

Como mencionado anteriormente, este trabalho divide as definições procedimentais em dois grupos: as definições submínimas e as definições mínimas (Mainwaring, Brinks, Perez-Liñan, 2001). Isso ocorre devido a um importante ponto de diferenciação entre esses dois tipos de definições procedimentais, que é essencial para o entendimento das diferentes noções de hibridismo. Desse modo, se faz importante também para a discussão proposta pelo trabalho.

### 2.1.1 Definição “submínima”

Uma definição submínima da democracia é aquela que considera somente as eleições como elemento definidor deste conceito. A justificativa de acrescentar o prefixo “sub” (que gramaticalmente denota inferioridade) a esta definição que muitas vezes é tratada na literatura como sendo “mínima”, é de que uma definição que se limite somente a eleições deixa de fora

elementos essenciais indispensáveis para que ocorra de fato uma democracia e portanto, não pode ser considerada “mínima” (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001).

Esse tipo de definição, também conhecida como Schumpeteriana, dá base às ideias de democracia desenvolvidas ao longo dos anos. Possui importantes representantes como Giovanni Sartori, Fareed Zakaria e Adam Przeworski, que referem-se ao seu próprio conceito como “mínimo”. Para facilitar a diferenciação entre autores como Przeworski e autores como Mainwaring, este trabalho tratará a definição do primeiro como “submínima” e deste último como “mínima”.

A democracia Schumpeteriana é um sistema no qual governos são selecionados através de eleições competitivas. Para os autores Schumpeterianos, esse aspecto sozinho é suficiente para caracterizar um regime como democrático. Para tais autores, as eleições têm valor intrínseco. Por essa razão, mesmo se elas não levarem à obtenção de valores normativos geralmente associados à democracia, o que Sartori (1994) denomina “liberdades constitucionais”, elas não deixam de caracterizá-la. Desse modo, a visão submínima afirma que contanto que hajam eleições, o Estado deve ser considerado democrático, mesmo que outras consequências esperadas não surjam a partir disso.

O subminimalismo propositadamente não inclui liberdades em seu conceito, já que enfatiza o quesito de igualdade – uma pessoa igual a um voto – em detrimento do quesito liberdade. Como explicitado por Sartori (1994), aqueles que desejam falar de constitucionalismo liberal – isto é, as liberdades associadas mais amplamente ao conceito de democracia – devem fazê-lo separadamente deste conceito, ou acrescentá-lo de um complemento, como o sugerido pelo próprio autor: “democracia liberal”.

Se comparada às demais categorias de definição, a definição submínima apresenta a vantagem de ser mais fácil de se trabalhar empiricamente. É objetivamente mais prático tratar da democracia como um conceito fechado e binário assim como Przeworski: ou um regime é democrático ou ele não o é. Os outros conceitos (liberdades), sendo trabalhados separadamente, não influenciam na caracterização dos regimes, e portanto, não abrem espaço para ambiguidades.

Para autores subminimalistas como Przeworski (1999), o valor intrínseco das eleições é aquilo que define a democracia. O autor afirma que muito embora a eleição – e portanto a democracia – não leve necessariamente à racionalidade ou representação verdadeira, este não deve ser um conceito menosprezado. Partindo do ponto de vista que todos querem evitar tanto o derramamento de sangue quanto a resolução de conflitos através da violência, a defesa do subminimalismo é apresentada em duas partes.

A primeira diz respeito à alternância de governos. Como explicado por Przeworski (1999) o simples fato de que exista a possibilidade de alternância de governo pode resultar na regulação pacífica de conflitos e portanto, evitar a violência. A perspectiva de que o governo pode estar nas mãos de outro grupo nas eleições subsequentes faz com que os perdedores de uma determinada eleição prefiram obedecer às regras do jogo, que podem se tornar a seu favor no futuro, do que a tomada do poder violentamente.

A segunda parte dessa defesa diz respeito ao fato dessa alternância de governo ser obtida através do voto, o que gera consequências próprias. Uma delas é que o direito ao voto impõe uma obrigação de respeitar os resultados assim obtidos, autorizando os vencedores a imponem sua vontade sobre os perdedores e ainda assim serem respeitados. Outra é que o número de votos tem a capacidade de informar quem se rebelaria contra o que dentro de uma sociedade, revelando assim os limites para o governo.

O “milagre da democracia” – quando considerada como somente eleições – afirma Przeworski, é que as forças políticas conflitantes obedeçam ao resultado da votação. Os perdedores esperam a sua chance de conquistar o poder, e desse modo, conflitos são regulados, processados de acordo com regras, e assim, limitados. Ou seja, conflitos são, por consequência das eleições, mitigados sem derramamento de sangue ou violência.

Porém, é importante destacar aquilo mencionado por O’Donnell (1999), que os conceitos tratados como submínimos e que alegam caracterizar a democracia através somente das eleições estão, na verdade, carregados de premissas implícitas ou explícitas, que terminam por descaracterizar o subminimalismo adotado. O autor afirma que mesmo as definições mais enxutas carregam em si pelo menos duas premissas. A primeira é de que ocorram eleições livres e limpas para a maioria dos cargos de alto nível do governo e a segunda é de que existam liberdades mínimas para que o caráter “livre e limpo” das eleições possa ser mantido. Além disso, essas definições fazem referência, mesmo que implicitamente, a regimes que perdurem no tempo, e não só a eleições isoladas.

O próprio Przeworski (1996) caracteriza sua noção de democracia a partir de três princípios: incerteza *ex ante*, irreversibilidade *ex post* e repetibilidade. Assim, sua definição requer, além de eleições, condições favoráveis para que estes três aspectos possam ocorrer. Desse modo, é possível desconstruir conceitos subminimalistas de maneira a exemplificar que outras condições se fazem necessárias para que a democracia ocorra de fato.

Outro fator que merece ser discutido ao abordar conceitos subminimalistas é a sua aplicabilidade à conjuntura mundial atual. Desde a Guerra Fria, com o colapso da União Soviética, ocorreu uma mudança no equilíbrio mundial do poder, quando os países ocidentais

capitalistas (principalmente os EUA) emergiram como o novo centro de poder militar e econômico. A partir desse momento, regimes autoritários passaram a adotar medidas para posicionar o seu país de uma maneira mais favorável na competição global por recursos (Levitsky & Way, 2010).

Dentre estas medidas, a mais importante foi a adoção do modelo eleitoral, encorajada pelos países ocidentais através de ajuda externa, pressão diplomática e militar e condicionalidades políticas. Desse modo, regimes autoritários em todos os seus aspectos puderam tornar-se parte de um grupo seleto de países ditos democráticos simplesmente por adotar o modelo eleitoral, e sem a necessidade de abordar problemas de liberdades civis e violência contra suas populações.

A questão levantada a partir disso diz respeito à própria definição de democracia e às consequências esperadas desta. De acordo com a visão subminimalista binária Schumpeteriana, basta que o país adote o sistema eleitoral para que este seja considerado uma democracia, e que, portanto, possa usufruir das vantagens conferidas a países democráticos, mesmo que estes ainda adotem práticas opressivas e minem direitos de sua população. Desse modo, surge a necessidade de discussão a respeito daquilo que é realmente esperado de um país democrático, e se estes países, ao adotarem eleições, são capazes de atingi-lo. A discussão a respeito de tais regimes “mistos” será retomada mais a frente neste trabalho.

### **2.1.2 Definição Mínima**

O segundo tipo de definição procedimental é a denominada “minimalista”. Esta se diferencia da subminimalista por acrescentar, além das eleições, outras características tidas como indispensáveis para o conceito de democracia, excluindo do conceito todas aquelas que são variáveis, hipotéticas ou que não se apresentam como aspectos definidores da mesma. Isto é, numa definição mínima inclui-se somente aspectos que, se ausentes, descaracterizariam a essência de um regime democrático.

As definições mínimas, também conhecidas como “liberais”, são muito comuns dentro da literatura da ciência política, tendo como proponentes autores como Robert Dahl (1972); Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001); Levitsky e Way (2002); Diamond e Morlino (2005); O’Donnell (1999) entre outros.

Os autores minimalistas, assim como os subminimalistas, também defendem valor intrínseco das eleições. Porém, acrescentam a necessidade dos direitos e liberdades civis individuais para que tais eleições possam, de fato, ocorrer de forma livre e limpa. A idéia,

como explicitada por Magaloni (2003), é que somente eleições não são suficiente para estabelecer um compromisso político com a proteção dos direitos e liberdades individuais, por duas razões.

A primeira, é que a democracia de maioria pode ser instável ao longo do tempo, podendo ser levada a qualquer resultado e tornando qualquer decisão facilmente reversível. A segunda, é que num regime que se vale somente do voto da maioria, esta pode expropriar qualquer minoria de seus direitos, o que seria também antidemocrático. E se os direitos e liberdades civis não forem protegidos e respeitados, as eleições perdem a sua significância.

O mesmo se aplicaria a outras particularidades democráticas, como o sufrágio universal e a capacidade de governar daqueles que foram eleitos. Se um governo eleito pelo povo não governa realmente, a eleição se torna vazia de significado. O mesmo vale para o sufrágio universal. Se um governo contemporâneo é eleito em disputas que excluem a maioria da população adulta, ele viola o significado básico da democracia ancorada no modelo eleitoral.

Para um minimalista, um regime pode ser considerado democrático quando atende minimamente e necessariamente a um número  $x$  de requisitos básicos. Ao analisar o trabalho de autores minimalistas, é possível encontrar quatro elementos em comum, que parecem determinar o escopo destas definições. São eles: eleições competitivas, livres, limpas e recorrentes para o Legislativo e Executivo; sufrágio adulto abrangente; proteção ampla de liberdades civis e direitos políticos; e a ausência de autoridades “tutelares” não eleitas (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001); (Levitsky & Way, 2010); (Diamond & Morlino, 2005); (Dahl, 1972).

Para que eleições sejam consideradas “competitivas, livres, limpas e recorrentes” é preciso que haja, primeiramente, mais de um partido sério (Diamond & Morlino, 2005) e a possibilidade de alternância de poder. Além disso, não pode haver uma certeza antecipada sobre os resultados da competição eleitoral (incerteza *ex ante*), ou seja, fraude, manipulação, coerção ou repressão não podem determinar quem irá ganhar uma eleição (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001)

Eleições são, portanto, consideradas não competitivas quando candidatos importantes são formalmente banidos ou efetivamente excluídos regularmente, repressão ou controles legais impedem a oposição de fazer sua campanha, e/ou fraudes são tão grandes que não existe nenhuma relação entre a preferência dos eleitores e os resultados oficiais da eleição (Levitsky & Way, 2010)

Do mesmo modo, uma competição eleitoral é considerada injusta quando as instituições estatais são constantemente abusadas para fins partidários, o partido de situação é sistematicamente favorecido em relação à oposição, e/ou a capacidade da oposição de se organizar e competir nas eleições são seriamente deficientes. Em eleições competitivas, livres, limpas e recorrentes, tanto os candidatos da situação quanto os da oposição tem o mesmo acesso a recursos, à mídia e à lei (Levitsky & Way, 2010).

Uma democracia minimalista envolve necessariamente uma cidadania adulta abrangente, também conhecida como sufrágio adulto universal. O direito de voto é extensivo à grande maioria da população adulta e amplo se comparado com outros países no mesmo período histórico. A população não pode ser privada do direito de voto por motivos étnicos, de classe, de gênero ou de nível de instrução, e as categorias sociais privadas de votar (como crianças) não podem ser as mesmas vistas como grupos politicamente excluídos (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001)

Num regime democrático, na visão dos minimalistas, todas as pessoas têm as suas liberdades civis e políticas respeitadas. O argumento para definir a democracia em termos que vão além dos estritamente definidos “direitos políticos” é que estes mesmos direitos políticos não podem ser exercidos na ausência de outros. O que alguns estudiosos se referem como direitos civis são na verdade direitos políticos ou, para evitar problemas de terminologia, são “direitos democráticos” (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan, 2001). Estes afetam diretamente a habilidade dos cidadãos de participar no processo político e incluem o direito à imprensa livre, acesso à informação, liberdade de associação, reunião, expressão e movimento Dahl (1972). Além disso, não podem haver violações sistemáticas aos direitos humanos dos indivíduos e o governo deve respeitar todas as garantias constitucionais (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001).

Por fim, um governo democrático minimalista será sempre exercido por aqueles de fato eleitos pela população, sem a presença de nenhuma autoridade “tutelar” não eleita, como militares ou algum corpo religioso (Levitsky & Way, 2010). As autoridades eleitas devem de fato deter o poder genuíno de governar, em oposição a situações em que os governantes eleitos são ofuscados pelos militares ou por alguma figura não eleita que domina nos bastidores. Do mesmo modo, a preferência de atores “tutelares”, como é o caso dos militares em parte da América Latina, não deve afetar substancialmente as chances dos candidatos presidenciais, nem estes devem possuir poder de veto sobre políticas importantes em áreas não relacionadas com a qual estes detêm poder legítimo – no caso a defesa para os militares, e as igrejas para os religiosos (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001)

É importante ressaltar que, do ponto de vista minimalista, todos os quatro aspectos dessa definição são obrigatoriamente necessários, e devem estar presentes para que se possa classificar um regime como democrático. Desse modo, buscam ao mesmo tempo uma definição mínima e completa, já que todos os aspectos são componentes necessários de uma democracia e nenhum outro aspecto além desse é indispensável para caracterizá-la como tal (Mainwaring, Brinks, & Pérez-Liñan, 2001).

Porém, é necessário enfatizar que não existe uma única definição minimalista, já que não existe um consenso oficial sobre quais procedimentos devem entrar (ou sair) do conceito democrático. Embora exista uma concordância que justifique agrupar tais autores numa mesma abordagem democrática, não existe uma regra exata sobre os pormenores deste conceito.

O conceito minimalista se constrói em cima do conceito subminimalista, que lhe fornece a base conceitual. A crítica subminimalista ao conceito minimalista acontece em duas partes. A primeira, tem a ver com o objetivo da democracia.

O subminimalismo prioriza a igualdade (uma pessoa igual a um voto), enquanto o minimalismo as liberdades civis além das eleições. Como colocado por Sartori (1994) e Zakaria (1997), o conjunto de liberdades e direitos reivindicado por minimalistas não deveria ser uma preocupação da democracia, e sim um conceito à parte, que eles denominam “liberalismo constitucional”. Para tais autores, assim como para outros subminimalistas, o liberalismo constitucional, embora atrelado à ideia da democracia ocidental no imaginário popular, não é função nem mesmo consequência da democracia. A democracia por si só, de acordo com os autores, deve lidar somente com o processo de escolha de governos, e não com o objetivo destes.

A segunda crítica submínima ao minimalismo diz respeito à questão da percepção dos fatos reais. Przeworski (1999) argumenta que a democracia deve, acima de tudo, se basear somente em fatos observáveis e jamais em valores subjetivos. Porém autores como Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001) justificam sua inclusão de algum nível de subjetividade indicando que de nada vale a objetividade, se esta é incapaz de separar realmente uma democracia de uma não-democracia.

À essa última questão acrescenta-se a ideia de que o conceito minimalista, busca ser consistente e enxuto, inclusive ao ponto de cortar fatores controversos como igualdade social, falhas no Estado de Direito e casos de decretismo do seu conceito, apresentado de modo a se limitar somente a questões procedurais, e portanto mais “observáveis”. O acréscimo de tais definições, de acordo com Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan descaracterizaria o conceito

como mínimo, tendo em vista que tais questões, a seu ver, não são necessariamente essenciais ao conceito de democracia em si.

### 2.1.3 Definições Substantivas

Ao contrário das definições procedimentais, as definições substantivas não se limitam somente a procedimentos, levando em conta uma ampla gama de direitos e liberdades civis que vão muito além daqueles propostos pelas definições mínimas. Como bem explicitado por Tilly (2007), a visão substantiva da democracia concentra-se majoritariamente na ideia das condições de vida promovidas pelo regime em questão. Desse modo, busca priorizar tanto a igualdade defendida pelos subminimalistas, quanto a liberdade defendida pelos minimalistas e ainda acrescentar sobre estes conceitos outras igualdades e liberdades que não fazem parte dos conceitos procedurais de democracia.

Atualmente, o maior proponente da democracia substantiva é Amartya Sen. O seu conceito de Desenvolvimento Humano, que deu origem ao medidor de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mudou a visão de análise do desenvolvimento de países. Para Sen, o desenvolvimento das capacidades humanas deve ser prioridade em democracias, e a falta de tal enfoque pode minar o próprio conceito democrático. Isso acarreta o envolvimento de igualdade social e econômica, entre outros direitos individuais, na própria conceituação democrática, já que sem eles, de acordo com Sen, as pessoas comuns se tornam incapacitadas de participar do processo democrático, o que acaba por diminuir o seu sentido representativo (Sen, 1999).

Os que adotam definições substantivas da democracia, assim como Sen não desconsideram a importância formal das eleições, porém, acreditam que somente estas são insuficientes para a definição da democracia. Como colocado por Zaverucha (2005), o grande desafio da democracia substantiva é criar um conceito e uma prática que consigam conciliar o aspecto formal (procedimento) com seu conteúdo (substância).

De acordo com a visão do autor substantivista Gerardo Munck (2007), existem outros valores importantes além da democracia, mesmo quando a democracia é entendida em termos de uma definição procedural robusta. Quando outros fatores políticos são reconhecidos, a importância normativa dada à democracia (“quanto mais democracia melhor”) se transforma numa questão de discussão e necessita ser justificada em relação a outros valores. Isso quer dizer que toda e qualquer pesquisa sobre democracia não pode focar-se somente no conceito em si, mas precisa também levar em conta a relação entre este e outros conceitos. Nesse caso, a questão de se “quanto mais democracia melhor” é verdadeira,

depende não somente do quanto se valoriza democracia, mas também na relação empírica entre a esta e a valoração dada a outros conceitos.

Desse modo, o substantivismo defende que a uma definição procedural de democracia que justifica a inclusão de direitos políticos como o direito universal e igual de voto, o direito de se candidatar e o direito a eleições livres, limpas e regulares, deve-se também incluir também direitos referentes ao processo de tomada de decisão e implementação, que incluem o direito de que funcionários públicos trabalhem para o interesse público, entre outros direitos que garantam que não somente as preferências dos cidadãos estejam incluídas nas políticas públicas, mas também que o princípio do peso igual para as preferências dos cidadãos seja respeitado. Além disso, direitos que dizem respeito a igual oportunidade de participação dos cidadãos no processo político em relação à integração social, como os meios de subsistência, o acesso a educação, saúde, e trabalho não podem ser separados da definição de uma “verdadeira democracia” (Munck, 2007).

Estes últimos merecem uma atenção especial, já que se encontram excluídos da grande maioria das definições procedurais de democracia. Segundo autores substantivistas como Sen (1999) e Munck (2007) os fatores econômicos – geralmente excluídos do conceito de democracia – devem ser pensados como elementos constitucionais desta. Muito embora a democracia possa ser vista como o único regime que coloca os privilegiados e desprivilegiados no mesmo patamar (já que cada voto tem o mesmo peso), o conceito de Desenvolvimento Humano (Amartya Sen) apresenta uma grande diferenciação entre estes dois grupos, o que deveria ser levado em conta na definição do que é democracia.

Sen (1999) explica que a falta de recursos materiais indispensáveis para um padrão de vida adequado, acesso à saúde e à educação é associado com a redução da capacidade humana. E que essa diferenciação da capacidade humana tem necessariamente consequências para o processo político, e especificamente para o exercício dos direitos civis e políticos (direitos democráticos). Desse modo, ele afirma que a obtenção de integração social deve ser incluída como uma característica definidora da democracia.

O argumento segue explicitando que a igualdade formal (procedural) da democracia liberal pode servir de fachada para a manutenção de níveis substantivos de desigualdade e de violação de direitos civis. As desigualdades de riqueza e poder impedem o alcance de igualdade nas oportunidades substantivas. Porém, há uma dificuldade em se encontrar um padrão de medição que possa ser considerado como sendo a essência da democracia substantiva. Como colocado por Zaverucha (2005), é bastante difícil escolher qual das “substâncias” será escolhida sem voltar a cair no proceduralismo.

O que continua em jogo é a disputa entre igualdade política versus a desigualdade socioeconômica. Para os substantivistas, a democracia não pode ser vista como uma mera competição eleitoral, nem pode estar desligada do contexto socioeconômico em que vivem os indivíduos, do contrário, torna-se para muitos irrelevante (Zaverucha, 2005)

A noção substantiva da democracia tem um grande apelo. Se a democracia é pensada como um conceito equalizador, por que não estendê-lo para que este possa abranger uma noção maior de igualdade? A resposta para isso está no fato de que, como afirma (Mazucca, 2007), esses problemas não são intrínsecos a democracia, e podem ser resolvidos independente de haver democracia ou não. Existem regimes autoritários, em diferentes recortes temporais, que foram capazes de promover valores “substantivos” – como a redução do clientelismo – sem existirem como democracias.

Além disso, existe a questão importante do empiricismo. As definições substantivas são bastante abertas e abrangentes, e carecem de um consenso a respeito do que deve ser incluído ou excluído no conceito de democracia. Os próprios autores substantivistas divergem a respeito do que deve estar dentro deste conceito.

Desse modo, o substantivismo deixa de lado a praticidade necessária para sua abordagem empírica, e isso traz consequências negativas para sua contribuição à ciência política. Se um conceito não pode ser definido, ele tampouco pode ser trabalhado cientificamente, e se não pode ser trabalhado cientificamente, pouco acrescenta ao conhecimento científico buscado pela ciência política atual.

## **2.2 Hibridismo**

Tendo delimitado as diferentes possibilidades do que possa vir a ser a democracia, a necessidade de discutir o outro lado – o da não-democracia – se apresenta. Assim como existem diferentes concepções de democracia, também existem diferentes versões e recortes para classificar não-democracias. Como colocado por Levitsky e Way (2002), sendo a democracia um conceito multidimensional, existem diversas maneiras de ser parcialmente democrático.

A existência de regimes híbridos, isto é, regimes que não são claramente democráticos mas que tampouco são autoritários, não é algo novo (Diamond, 2002). Eles têm permeado a história política mundial ao longo dos anos, e vem sendo cada vez mais discutidos na literatura da ciência política. Esta área cinzenta que se encontra entre o democrático e o autoritário é tratada na literatura por diversos nomes, tais como semidemocracia, democracia

virtual, democracia eleitoral, pseudodemocracia, democracia iliberal, semiautoritarismo, *soft authoritarianism*, autoritarismo eleitoral e o adotado pela FreedomHouse “parcialmente livre” (Levitsky e Way, 2002), . O presente trabalho adota a nomeação de “hibridismo” para abarcar todas as diferentes nuances desses tipos de regime.

Por muito tempo, os regimes híbridos foram tratados como regimes em transição. Porém, autores como Levitsky e Way (2002), Diamond (2002), O’donnel (1986) e Carothers (2002) discutem o “paradigma de transição” e esclarecem que os regimes tidos como “em transição” não estão necessariamente transicionando – e se estão, não necessariamente rumo a uma democracia - e representam, na verdade, um tipo (ou vários) de regime diferentes da dicotomia democracia-autoritarismo. Os autores propõem então tratar de tais países pelo que eles realmente são, ao invés de pelo que eles supostamente chegarão a ser no futuro.

O problema dessa visão teleológica das transições democráticas, é que estas acarretam uma possibilidade de erro empírico, como explicitado por Smith e Ziegler (2006). A partir da análise de cinquenta e seis mudanças de regime entre 1978 e 2004 na América Latina, os autores perceberam que, em 30% dos casos as transições seguiram uma direção não democrática. Isto é, a ideia de que regimes ambíguos são necessariamente estágios primários de transição e consolidação democrática não é verdadeira.

A visão de regimes híbridos como regimes que transicionam rumo à democracia se deve ao que Levitsky e Way apontam como um “viés democrático” que é comum à literatura da ciência política ocidental. Ao partirem da premissa da superioridade da democracia como tipo de regime, tais análises tratam os regimes híbridos como versões parciais ou menores desta. Deste modo, é sempre entendido que tais países não-democráticos porém não-autoritários estão passando por uma transformação que eventualmente os levará na direção democrática, o que nem sempre, como o estudo de Smith e Ziegler demonstra, é verdade.

Desse modo, o presente trabalho tratará dos regimes híbridos como diferentes tipos de regime que não se encaixam na dicotomia democracia-autoritarismo, mas que não necessariamente estariam transicionando para nenhuma das duas direções. Mudanças de regime são eventos raros (Smith e Ziegler 2006), e já não servem para explicar a permanência dos regimes híbridos tanto na América Latina quanto no resto do mundo.

É inegável a propagação de regimes híbridos nos últimos anos em todos os cantos do mundo. Estes regimes têm se multiplicado sobretudo devido à atual inclinação mundial em relação à democracia (o já mencionado “viés democrático”). Mais especificamente a partir da combinação desta com o capitalismo como modelo econômico dominante na esfera global, que permite a criação de fortes atrativos para os países que desejam se ‘enquadrar’ no modelo

padrão estabelecido pelas sociedades ocidentais, e pesada pena para aqueles que encontram-se excluídos desse grupo. A partir da combinação entre os sistemas político e econômico estabelecidos como modelo, é possível exercer pressão mundial intensa sobre aqueles que não se encaixam.

Desde o período do fim da Guerra Fria, tem existido um alinhamento internacional em torno de sistemas democráticos. Os países vencedores e prósperos decidem condicionar importantes aspectos econômicos (comércio, ajuda bilateral e comércio, por exemplo) ao status dos regimes em questão. Neste caso, não-democracias declaradas são renegadas à periferia econômica mundial através de embargos e bloqueios que desestabilizam o papel de tais países em uma escala global.

Desse modo, países não democráticos passaram a receber uma imensa pressão global que acaba contagiando a estabilidade nacional: ou democratiza, ou sai. Assim, inúmeros países decidem iniciar – e anunciar – sua “transição” para a democracia.

O problema desta situação é que somente pressões vindas de fora nem sempre são capazes de alterar as estruturas históricas e sócio-econômicas que fazem com que países não-democráticos tenham evoluído e sejam da maneira que são (não-democráticos). A partir desta conjuntura, surgem então regimes que buscam ao mesmo tempo causar a impressão externa de uma democracia sem que para isso precisem realizar mudanças profundas nas estruturas regimentais vigentes – o que seria necessário no caso de uma real transição democrática.

Assim, surgem então, inúmeras “democracias eleitorais” e ocorre a terceira onda de democratização (Diamond, 2002). As ditas “novas democracias” passam a ser celebradas como mais uma vitória do ideal ocidental democrático, muito embora tais “democracias” não atendam as condições necessárias sequer para o funcionamento de uma democracia eleitoral robusta (como definida por Dahl, por exemplo).

Logo, passa a ser notável que as ditas “novas democracias” não se encaixam na ideia que se tem até então do que uma democracia deve ser. Elas não conseguem atender às condições mínimas para o funcionamento real de uma democracia, e tampouco apresentam as consequências esperadas de países democráticos.

De um ponto de vista subminimalista, tais regimes, a priori, são de fato democracias, já que possuem o caráter eleitoral, que é definidor do termo sob esse entendimento. Porém, como discutido anteriormente, até a definição mais subminimalista como as de Przeworski e Schumpeter, apresentam premissas implícitas que estendem suas definições a condições além da simples instituição do modelo eleitoral, como por exemplo a garantia de eleições livres e limpas.

Em se tratando de visões subminimalistas da democracia, a possibilidade de hibridismo – isto é, a “mistura” de tipos de regimes diferentes – é praticamente nula. Por definição, o conceito subminimalista é binário, já que a categoria “democracia” apresenta um *checklist* de ítem único (eleições) que determina o regime de qualquer Estado. Estando o ítem único presente, trata-se de uma democracia. Não estando, trata-se de autoritarismo.

Muito embora os autores subminimalistas aceitem a possibilidade de diferentes tipos de democracia e autoritarismo – as democracias “adjetivadas” como colocado por Collier e Levitsky (1997)– eles só admitem variação dentro das duas categorias pré-determinadas.

Empiricamente é um ponto de vista objetivo. Elimina ambiguidades e fornece condições para maiores análises quantitativas. Porém, é um conceito que se desprende da realidade que é bastante complexa e fatorada. O perigo do simplismo fornecido pelo subminimalismo pragmático à abordagem e classificação de regimes consiste na categorização errônea dos mesmos. Como colocado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001) a objetividade do método se inutiliza ao levar ao erro de classificação (*misclassification*) dos regimes.

Se para um país ser considerado democrático basta que o mesmo tenha eleições, tanto a Venezuela de Hugo Chavez quanto o Peru de Fujimori seriam considerados democracias plenas, já que ambos haviam chegado ao poder através do voto. Mesmo havendo inúmeros outros fatores como falta de liberdades individuais e de imprensa que minam o significado real das próprias eleições e da democracia como um todo.

O perigo, então, de utilizar um medidor democrático que adote uma visão puramente submínima é de classificar regimes não-democráticos como se eles assim o fossem. As implicações reais disso dizem respeito ao já mencionado “viés democrático” global do período do pós-Guerra Fria.

Com uma ordem global que pretende encorajar a democracia e desencorajar o autoritarismo, países e entidades supranacionais abertamente apresentam vantagens econômicas e sociais para democracias. Ao classificar uma não-democracia como democrática, o pesquisador contribui para minar este sistema informal de recompensa democrática.

Ao invés de beneficiar reais democracias nas quais estão estabelecidas (mesmo que a muito custo) sistemas e instituições democráticas, há de se beneficiar regimes que possuem todas as características de regimes autoritários, mas que adotaram o modelo eleitoral exatamente como uma maneira de desviar a atenção de tais.

A realidade é que o mundo atual não aceita mais regimes abertamente autocráticos (Diamond, 2012). Não há mais espaço na conjuntura global para eles. Por essa razão, um grande número de países resolveram adotar o sistema eleitoral sem se preocupar com as demais instituições democráticas. Desse modo, tais países se fazem valer da conceituação estritamente subminimalista de certos medidores para obterem vantagens que não lhes cabem.

Acrescentando ao sistema eleitoral as premissas do liberalismo constitucional, cria-se uma definição mais robusta do conceito de democracia, chamada no presente trabalho de “mínima”. A concepção da democracia ocidental – e das consequências esperadas dessa – está intrinsecamente ligada à ideia das liberdades características do liberalismo constitucional.

O liberalismo constitucional é liberal porque bebe da fonte filosófica originada com os gregos que enfatiza a liberdade individual, e é constitucional porque se apoia na tradição, começada pelos romanos, do Estado de Direito (Zakaria, 1997). Isto é, representa a garantia, através da lei, das liberdades individuais de cada cidadão.

Enquanto alguns autores não admitem o conceito de democracia sem tais liberdades (Dahl, Diamond, Mainwaring, Perez-Liñan), outros preferem tratar a democracia eleitoral separadamente do liberalismo constitucional (Zakaria, Przeworski). A primeira diz respeito aos procedimentos para a seleção de um governo, e o segundo diz respeito aos objetivos deste.

Deste modo, as categorias “adjetivadas” (Carothers, 2002) da democracia tem se multiplicado, sendo a mais comum na literatura da ciência política atual a “democracia iliberal” (Zakaria, Borges, Diamond). A democracia iliberal caracteriza um regime que possui um sistema eleitoral, mas que não apresenta garantias em relação ao liberalismo constitucional – isto é, as liberdades civis e políticas dos cidadãos (Zakaria, 1997).

Do ponto de vista mínimo, as democracias iliberais na verdade não chegam a ser democracias, mas são outro tipo de regime completamente. Este seria definido a partir das características presentes e ausentes no mesmo, e não seria baseado primariamente no conceito de democracia como somente eleições.

Independente dos termos usados por diferentes autores, a ideia da separação do caráter eleitoral da democracia e das liberdades individuais associadas à democracia ocidental é bastante clara na literatura. Desse modo, o presente trabalho utilizará os termos “democracia eleitoral” para a presença de um sistema eleitoral; “democracia liberal” para a existência da garantia do liberalismo constitucional por serem encontrados mais comumente tanto na literatura como nos diversos medidores democráticos.

Como colocado por Zakaria (1997), “a democracia está florescendo, o liberalismo constitucional não”. Ainda de acordo com o autor, a tensão entre a democracia eleitoral e o liberalismo constitucional encontra-se no escopo da autoridade governamental. O liberalismo constitucional tem a ver com a limitação do poder, enquanto a democracia eleitoral trata do seu acúmulo e uso.

Desse modo, é possível inferir que as “novas democracias” da terceira onda acarretam consigo, ao rejeitarem o princípio do liberalismo constitucional, a característica da falta de limitação ao poder, o que as torna passíveis ao abuso deste. Do ponto de vista minimalista, a ausência do liberalismo constitucional desclassifica um país como democrático, já que tais liberdades fazem parte do conceito de democracia, e não podem ser ignoradas.

É muito importante poder distinguir entre governos iliberais eleitos de democracias liberais. Os governos iliberais eleitos são aqueles que se elegem através do voto popular, mas utilizam sua posição de poder para violar direitos e liberdades constitucionais como Fujimori no Peru e Hugo Chavez na Venezuela. As democracias liberais garantem, além da escolha do líder, a preservação de direitos constitucionais. Do ponto de vista mínimo, a alternância de poder através do voto não caracteriza uma democracia de fato.

Assim, a visão mínima da democracia é mais exigente em sua caracterização da democracia, e exclui da mesma todos os países que não cumprem todas as exigências do conceito. Se as visões submínimas acarretam a possibilidade de classificar como democracia um país que não o é, as visões mais robustas acarretam consigo a possibilidade de classificar como autoritário um país devido a uma tecnicidade do conceito.

Aí se encontra a importância da abordagem híbrida. A presença ou ausência de uma determinada exigência para o conceito mínimo de democracia deve ser considerada uma falha, mas não transforma o país em questão automaticamente em uma autocracia. A abordagem realista que classifica os regimes por aquilo que eles realmente são, ao invés do que deveriam ou poderiam ser, se mostra cada vez mais necessária para abarcar as diversas facetas da realidade que encontra-se em constante mudança.

O fato é que a “democracia iliberal” tornou-se a forma mais comum e difundida de organização política na América Latina. Em 2004, 310 milhões de pessoas (em torno de 60% da população total da região) vivia em democracias iliberais; 177 milhões de pessoas viviam em democracias liberais; e somente 20 milhões viviam em regimes não eleitorais (Haiti e Cuba) (Smith e Ziegler, 2006).

A combinação de eleições livres e limpas com uma repressão parcial mas sistemática dos direitos civis tornou-se uma marca decisiva dos regimes latinoamericanos. Embora a democracia liberal também tenha ganhado terreno nos últimos anos, o prospecto de que esta venha a substituir as democracias iliberais num futuro próximo é irreal. Desse modo, é necessário que a pesquisa empírica da ciência política encare os diversos tipos de “democracias iliberais” como categorias regimentais próprias.

Embora seja fácil de impor o processo eleitoral em um país, é muito mais difícil implementar o liberalismo constitucional numa sociedade. O processo de liberalização e democratização genuína é gradativo e só ocorre a longo prazo. Para tal, a eleição é somente um passo, que, sem uma preparação adequada, pode ser um passo em falso (Zakaria, 1997).

Então, não existe razão para a comemoração das “novas democracias”, se por “democracia” estamos falando apenas de eleições. A questão das liberdades se faz essencial no entendimento dessa questão. Porém, existe ainda um debate sobre quais liberdades devem estar inclusas nesse conceito e quais não são essenciais para o funcionamento da democracia.

Diferentes autores que propõem versões mais robustas do conceito de democracia diferem a respeito de quais liberdades podem ser consideradas “liberdades democráticas”. Para autores como Amartya Sen, as liberdades não podem deixar de fora a questão da desigualdade social. Já para Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan, a desigualdade social não é necessariamente incompatível com a democracia.

O substantivismo dos autores não procedimentais abre espaço para o aumento dos critérios e exigências para que um país seja considerado democrático. No entanto, por não haver consenso na forma metodológica de decisão entre os autores substantivistas, um sem-número de conceitos poderiam passar a fazer parte dessa classificação. Essa abordagem acarreta o perigo de classificar uma democracia como não democrática.

Além disso, as abordagens substantivas são difíceis de serem trabalhadas empiricamente, já que por definição elas não se detêm a procedimentos. Desse modo, avaliações quantitativas se tornam quase impossíveis, e as avaliações qualitativas bastante subjetivas.

Desse modo, é possível demonstrar que o entendimento do conceito de democracia e não-democracia é o primeiro passo para a classificação de regimes. Faz-se necessário que o pesquisador entenda as diversas nuances regimentais, e que saiba navegar seus dados levando-as em consideração.

Os próximos capítulos irão exemplificar, a partir da análise de três medidores de regimes (FreedomHouse, Polity IV e V-Dem) as diferentes possibilidades de classificação que

surtem a partir das diferentes conceituações democráticas. Utilizando o recorte da América Latina, o trabalho fornecerá exemplos da região, focando mais especificamente em dois países: Brasil e Venezuela.

### 3 METODOLOGIA

Com o objetivo de melhor detalhar os possíveis pontos de conflito entre diferentes medidores democráticos, o presente trabalho utiliza uma metodologia dividida em três partes: revisão bibliográfica, análise dos diferentes medidores e suas metodologias, e, por fim, o pequeno estudo de caso que conecta a realidade de alguns países latinoamericanos com os diferentes medidores e a teoria analisada.

A revisão bibliográfica ocorre a partir da literatura da ciência política atual, a fim de proporcionar um entendimento acerca das diferentes possibilidades de conceituação democrática. Desse modo, é introduzido um referencial teórico que servirá de modelo para a comparação dos medidores e dos casos estudados. Baseia-se principalmente nas diferenciações acerca da existência (ou não) e do número de procedimentos necessários para que se caracterize uma democracia.

Os diferentes medidores e suas metodologias serão analisadas de modo a fornecer um entendimento acerca de suas definições. A análise dos medidores (FreedomHouse, Polity IV e V-Dem) se dá a partir de documentos fornecidos nos *websites* dos próprios medidores, e também de análises externas de outros pesquisadores acerca do assunto. Assim, é possível entender de onde surgem as definições utilizadas por estes, e como estas são aplicadas em casos reais.

O pequeno estudo de caso de alguns países latinoamericanos (Brasil e Venezuela) exemplificam a aplicação prática dos conceitos abordados tanto na literatura quanto nos próprios medidores. Para tal, foram criados gráficos que demonstram a diferença/semelhança de conceituação dos diferentes medidores. Os gráficos são criados a partir da ferramenta digital disponível no website do medidor V-Dem (VarietiesofDemocracy) que permite criar uma comparação visual a respeito da diferença entre conceituação democrática dos medidores.

O presente trabalho utilizou-se de dados primários e secundários para a obtenção de suas conclusões e resultados. O estudo pode (e deve) ser replicado a partir dos dados encontrados, especialmente em se tratando de outros países, de modo a aprofundar a discussão a respeito das diferenças da medição da democracia no mundo.

## 4 MEDIDORES DEMOCRÁTICOS

### 4.1 FreedomHouse

A FreedomHouse é uma organização não-governamental americana, fundada em 1941. Ela se autodenomina uma “organização independente de fiscalização dedicada à expansão da liberdade e democracia ao redor do mundo”. A organização se propõe a analisar desafios à liberdade, advogar por mais direitos políticos e liberdades civis e apoiar ativistas que defendam os direitos humanos e promovam a democracia (FreedomHouse, 2016).

Por ser uma organização americana, a FreedomHouse defende a liderança dos Estados Unidos, em colaboração com governos aliados, na tarefa de “opor-se vigorosamente a ditadores e opressão” ao redor do mundo (FreedomHouse, 2016).

O conceito subjacente para a mensuração nos relatórios da FreedomHouse é a liberdade (*freedom* em inglês), e não a democracia. Porém, os dados da FreedomHouse são utilizados por pesquisadores como uma medida de democracia (Högström, 2013). É entendimento da organização que a liberdade só é possível em ambiente político democrático no qual “governos respondam ao seu próprio povo; exista uma prevalência do Estado de Direito; e as liberdades de expressão, associação, e crença, assim como o respeito pelos direitos das minorias e das mulheres sejam garantidos” (FreedomHouse, 2016).

O seu relatório “Freedom in the World” é anualmente publicado desde 1972 e trata de liberdades civis e direitos políticos dos países ao redor do mundo. O relatório é composto de classificações numéricas e textos descritivos sobre 195 países e 15 territórios.

A metodologia do relatório é fortemente baseada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela assembleia geral da ONU de 1948. A premissa é de que todos os padrões da declaração se aplicam igualmente a todos os países e territórios, independente de localização geográfica, composição étnica ou religiosa, ou nível de desenvolvimento econômico.

Um ponto importante sobre o relatório é que este busca analisar os direitos reais das pessoas que moram nesses países, ao invés de somente analisar a performance governamental dos mesmos. A FreedomHouse entende que direitos políticos e liberdades civis também são afetadas por atores não-governamentais, incluindo insurgentes e outros grupos armados.

Também é importante apontar que a análise da garantia de direitos é feita não somente a partir das leis vigentes, já que estas nem sempre se apresentam como suficiente

para fazer com que tais direitos sejam realmente garantidos à população. Desse modo, a análise se concentra mais na maneira como as leis são implementadas do que nas leis em si.

O relatório utiliza um sistema de graduação que pode ser dividido em três partes: pontuação, classificação e status. Partindo de indicadores chave, cada país recebe uma pontuação, que por sua vez é convertida numa classificação com base em seus direitos políticos e liberdades civis, que representa um dos três status: Livre, Parcialmente Livre e Não Livre.

#### **4.1.1 Pontuação**

O sistema de pontuação é baseado em indicadores que se apresentam em forma de perguntas. Existem dez indicadores para o quesito Direitos Políticos e quinze para o quesito Liberdades Civis. Para cada questão, uma nota de 1 a 4 é dada de acordo com as respostas oferecidas às questões/indicadores, de modo que 1 representa o menor grau de liberdade, e 4 o maior.

Os indicadores/perguntas correspondentes ao quesito Direitos Políticos são subdivididas em três categorias principais: processo eleitoral (três perguntas), pluralismo político e participação (quatro perguntas), e funcionamento do governo (três perguntas). Além disso, existem duas questões facultativas A e B. À questão facultativa discricionária A é possível agregar um valor de 1 a 4, enquanto à questão facultativa B é possível subtrair um valor de 1 a 4, de acordo com aquilo que for relevante.

Já os indicadores correspondentes ao quesito Liberdades Civis estão subdivididos em quatro categorias: liberdade de expressão e crença (quatro perguntas), direitos de associação e organização (três perguntas), estado de direito (quatro perguntas), e autonomia pessoal e direitos individuais (quatro perguntas).

É possível obter uma pontuação total máxima de 40 pontos a partir do quesito Direitos Políticos, e uma pontuação de 60 pontos a partir do quesito Liberdades Civis. Os pontos são tratados separadamente de acordo com quesito, já que cada um deles receberá uma classificação de acordo com a numeração obtida.

#### **4.1.2 Classificação**

A partir da pontuação obtida, cada país recebe uma classificação de 1 a 7 tanto para Direitos Políticos, quanto para Liberdades Civis. Cada classificação corresponde a um

intervalo de pontuação, sendo 1 o maior grau de liberdade e 7 o menor. A Tabela 1 mostra a equivalência entre pontuação e classificação em relação aos direitos políticos.

#### 4.1.2.1 Direitos Políticos

**Tabela 1 – Classificação de Direitos Políticos**

Pontuação	Classificação
36 – 40	1
30 – 35	2
24 – 29	3
18 – 23	4
12 – 17	5
6 – 11	6
0 – 5	7

Fonte: FreedomHouse.

Para os Direitos Políticos, uma classificação “1” significa que o país goza de uma ampla gama de direitos políticos, incluindo eleições livres e limpas. Os candidatos eleitos são aqueles que realmente governam, os partidos políticos são competitivos, a oposição desempenha um papel fundamental e goza de plenos direitos, e o interesse de grupos minoritários estão bem representados na política e no governo.

Uma classificação “2” significa que o país desfruta de direitos políticos um pouco mais fracos do que os países classificados como “1”. Isso se dá por fatores como corrupção política, limites ao funcionamento de partidos políticos e grupos de oposição, e influência estrangeira ou militar na política.

Os países que recebem classificação “3”, “4” ou “5”, ou protegem moderadamente todos os direitos políticos, ou protege fortemente alguns enquanto negligencia outros. Os mesmos fatores que subvertem os direitos políticos para os países de classificação “2”, podem também se aplicar àqueles de classificação “3”, “4” e “5”, porém de maneira mais profunda a cada classificação sucessiva.

Os países que recebem classificação “6” possuem direitos políticos bastante restritos. São governados por ditaduras militares ou monopartidárias, hierarquias religiosas ou autocratas. Eles permitem alguns poucos direitos como alguma representação ou autonomia para grupos minoritários, e alguns são monarquias tradicionais que toleram discussão política e aceitam petições públicas.

Países que recebem a classificação “7” possuem pouquíssimo ou nenhum direito político devido à grande opressão exercida pelo governo, às vezes em combinação com uma guerra civil. Eles também podem não ter um governo autoritário centralizado em

funcionamento, e sofrerem violência extrema ou subjugação por parte de comandantes de guerrilha regionais.

#### 4.1.2.2 Liberdades Civis

**Tabela 2 – Liberdades Civis**

<b>Pontuação</b>	<b>Classificação</b>
53 – 60	1
44 – 52	2
35 – 43	3
26 – 34	4
17 – 25	5
8 – 16	6
0 – 7	7

Fonte: FreedomHouse

O quesito Liberdades Civis também é enquadrado em uma classificação de 1 a 7, de acordo com a pontuação obtida a partir dos indicadores, como mostra a Tabela 2.

Os países que recebem uma classificação “1” gozam de uma ampla gama de liberdades civis, como liberdades de expressão, associação, educação e religião. Tais países possuem um sistema legal estabelecido e normalmente justo que assegura o Estado de Direito (através de um judiciário independente), permitem que atividades econômicas sejam realizadas livremente, e tendem a buscar a igualdade de oportunidades para todos, inclusive mulheres e minorias.

A classificação “2” é dada a países que, em comparação àqueles de classificação um, apresentam uma gama de liberdades civis ligeiramente menos ampla. Esta diminuição se dá devido a fatores como limites à independência da mídia, restrições às atividades de sindicatos, e discriminação contra grupos minoritários e/ou mulheres.

As classificações “3”, “4” e “5” são dadas a países que protegem moderadamente quase todas as liberdades civis, ou que protegem fortemente algumas liberdades civis em detrimento de outras. Os mesmos fatores que diminuem as liberdades civis dos países de classificação “2” podem também enfraquecer os países de classificação “3”, “4” e “5”, porém com uma maior intensidade gradativamente.

Os países classificados como “6” possuem liberdades civis bastante restritas. Eles restringem fortemente as liberdades de expressão e associação e frequentemente mantêm prisioneiros políticos. Estes países podem permitir, em grau muito baixo, algumas liberdades

civis, como algumas liberdades de religião e associação, atividades econômicas privadas intensamente restritas, e alguma discussão aberta.

Já os países que recebem classificação “7” possuem pouquíssimas ou nenhuma liberdade civil. Tais países não possuem virtualmente nenhuma liberdade de expressão e associação, não protegem os direitos de detentos e prisioneiros, e comumente dominam e controlam toda e qualquer atividade econômica.

#### 4.1.3 Status

A partir da determinação da pontuação seguida de classificação dos países, determina-se o status de cada um destes. Essa determinação é feita através do cálculo de média simples entre a classificação de Direitos Políticos e Liberdades Civis de cada país. Os países com média 1 a 2,5 recebem o status de “Livre”, aqueles que apresentam média entre 3 e 5 são considerados “Parcialmente Livres”, e aqueles que obtêm uma média de 5 a 7 são considerados “Não Livres” como explicitado pela Tabela 3.

**Tabela 3 - Status**

<b>Média entre classificação de Direitos Políticos e Liberdades Civis</b>	<b>Status</b>
1,0 – 2,5	Livre
3,0 – 5,0	Parcialmente Livre
5,0 – 7,0	Não Livre

Fonte: FreedomHouse

De acordo com a FreedomHouse, a diferença entre a classificação no quesito Direitos Políticos e Liberdades Civis dos países raramente passa de dois pontos. Isso se deve ao fato que esses dois quesitos são bastante próximos. Um Estado politicamente opressivo tipicamente não permite uma sociedade civil bem desenvolvida, e se torna difícil, se não impossível, de manter liberdades políticas na ausência de liberdades civis como a liberdade de imprensa e o Estado de Direito.

#### 4.2 Polity IV

O Polity IV continua a tradição do projeto americano ‘Polity’ de codificar características de autoridade dos países para o propósito da análise comparativa e quantitativa. Baseado inicialmente do trabalho do americano Ted Robert Gurr em parceria com Harry Eckstein de 1975, o projeto Polity vem se atualizando com o passar do tempo. Atualmente, o

Polity IV é a versão mais recente, porém, por se tratar de um medidor que continua se atualizando, já está em andamento a criação do Polity V.

O conjunto de dados do Polity IV consiste de todos os principais Estados independentes durante o período de 1800 – 2014. Por “principais Estados independentes” entende-se países com a partir de 500.000 habitantes, que para o conjunto de dados em questão somam 162. Juntamente com a “*Political Instability Task Force*” (Força Tarefa para Instabilidade Política), o projeto Polity foi transformado em um esforço vivo de coleta de dados, isto é, está constantemente monitorando mudanças de regime nos países e fornecendo análises anuais sobre as características de autoridade dos regimes, mudanças e atualizações de dados.

A unidade de medida trabalhada é a “*polity*” (Estado, entidade política), sendo estas definidas como um “subgrupo da classe dos ‘padrões de autoridade’” (Eckstein e Gurr, 1975). Os “padrões de autoridade” são definidos, ainda por Eckstein e Gurr (1975) como:

“Um grupo de relações assimétricas entre membros de uma unidade social organizados hierarquicamente que envolve a direção desta unidade (...) A direção de uma unidade social envolve a definição de seus objetivos, a regulação da conduta de seus membros, e a alocação e coordenação dos papéis exercidos dentro da mesma.”

Embora padrões de autoridade e *polities* sejam classificações inclusivas que se referem ao potencial para ação política de qualquer unidade social, o projeto Polity foca especificamente nos padrões de autoridade mais ou menos institucionalizados que caracterizam a classe mais formal das *polities*, isto é, Estados que operam dentro do sistema estatal mundial (Marshall, Gurr e Jagers, 2014).

Para a mensuração democrática, o Polity IV apresenta dois índices agregados que medem dois padrões distintos de autoridade: um para democracia institucionalizada (DEMOC) e um para autoritarismo (AUTOOC). É entendimento dos pesquisadores responsáveis pelo projeto, que grande parte dos países apresentam uma mistura desses dois tipos de padrão de autoridade.

Um terceiro indicador (POLITY) é derivado a partir da subtração do valor obtido para AUTOOC do valor obtido para DEMOC de cada país. Esse procedimento visa estabelecer uma escala que varia de -10 a +10 e delimita as possibilidades de regime para os países analisados. Os períodos nos quais ocorre alguma interrupção, colapso ou transição da autoridade central, são codificados separadamente a partir do Código de Autoridade Padronizado (-66, -77 e -88 respectivamente).

#### 4.2.1 Democracia (DEMOC)

A democracia institucionalizada (DEMOC), para o Polity IV, é concebida a partir de três elementos interdependentes. O primeiro é a presença de instituições e procedimentos através dos quais os cidadãos podem expressar preferências efetivas sobre políticas e líderes. O segundo é a existência de limites institucionalizados no exercício do poder pelo Executivo. O terceiro é a garantia das liberdades civis à todos os cidadãos em suas vidas diárias e em atos de participação política. Os outros aspectos da democracia plural, como o Estado de Direito, sistema de pesos e contrapesos, liberdade de expressão, entre outros, são considerados como meios para ou manifestações específicas desses três princípios. Portanto, o Polity IV não inclui dados codificados para liberdades civis.

O indicador de democracia é uma escala aditiva de 11 pontos (0 – 10). Este indicador operacional é derivado a partir de codificações da competitividade da participação política, da abertura e competitividade do recrutamento para o executivo, e limites ao chefe do executivo, utilizando os pesos exibidos na Tabela 4.

**Tabela 4 – Codificação de Autoridade e Pesos para DEMOC**

<b>Codificação de Autoridade</b>	<b>Peso</b>
Competitividade do Recrutamento para o Executivo (XRCOMP):	
Eleição	+2
Transição	+1
Abertura para Recrutamento do Executivo (XROPEN):	
Dual/eleição	+1
Eleição (Aberto)	+1
Limites ao Chefe do Executivo (XCONST):	
Paridade executiva ou subordinação	+4
Categoria intermediária	+3
Limitações substanciais	+2
Categoria intermediária	+1
Competitividade da participação política (PARCOMP):	
Competitivo	+3
Transicional	+2
Faccional	+1

Fonte: Polity IV Project

A democracia é tratada aqui como uma variável, não algo para qual necessite a existência de uma única “condição necessária” para que seja considerada como tal. Para os

pesquisadores do projeto Polity IV, uma democracia madura e internamente coerente pode ser operacionalmente definida como um regime no qual a participação política é irrestrita, aberta e competitiva, o recrutamento para o executivo é eletivo, e onde existem limites substanciais ao chefe do executivo.

#### 4.2.2 Autocracia (AUTO)C

Do mesmo modo, a autocracia institucionalizada é medida através de uma combinação de pesos e como uma variável numa escala de 11 pontos (0 a 10). As duas escalas utilizam categorias diferentes dentro de uma mesma variável. Então, encontraremos ainda XROPEN, XCONST e PARCOMP (além do extra PARREG), porém a pontuação se dá em categorias diferentes, já que umas dizem respeito aos padrões de autoridade típicos de democracia, enquanto outras tratam dos padrões de autoridades típicos de autocracias, como demonstrado nas Tabelas 4 e 5.

**Tabela 5 – Codificação de Autoridade e Pesos para AUTO)C**

<b>Codificação de Autoridade</b>	<b>Pesos</b>
Competitividade do Recrutamento para o Executivo (XRCOMP): Seleção	+2
Abertura para Recrutamento do Executivo (XROPEN): Fechado	+1
Dual/designação	+1
Limites ao Chefe do Executivo (XCONST): Autoridade ilimitada	+3
Categoria intermediária	+2
Pouca ou moderada limitação	+1
Regulação da participação (PARREG): Restrita	+2
Sectária	+1
Competitividade da participação política (PARCOMP): Reprimida	+2
Suprimida	+1

Fonte: Polity IV Project

Os pesquisadores do projeto optam pelo desuso da expressão “governo autoritário” por considerarem este um termo pejorativo utilizados para uma diversa gama de sistemas políticos onde não existem competição política ou liberdades políticas. Ao invés disso,

utilizam o termo “autocracia” e o definem a partir de um grupo distinto de características políticas.

Em sua forma mais desenvolvida, autocracias restringem fortemente, ou suprimem a participação política. Os chefes do executivo são escolhidos num processo de seleção regularizado a partir da elite política, e uma vez vencedores, existem poucas limitações ao seu poder.

#### 4.2.3 Componentes

As variáveis que compoem as definições de DEMOC e AUTOOC dizem respeito, majoritariamente a três áreas: recrutamento para o executivo, independência da autoridade do executivo e competição e oposição política.

A variável XRCOMP diz respeito à competitividade do recrutamento para o Executivo. Ela trata dos limites até onde os modos prevalentes de escolha dão aos subordinados a oportunidade de assumirem posições de poder. Três categorias são utilizadas para medir esse conceito: seleção, dual/transição e eleição.

A categoria “seleção” é utilizada quando os chefes do executivo são determinados por sucessão hereditária, designação, ou uma combinação dos dois. Já a categoria “dual/transição” é utilizada quando o poder executivo é dual, e estes são escolhidos de maneiras diferentes, ou quando o modo de escolha do executivo encontra-se em transição. Por fim, a categoria “eleição” é utilizada quando os chefes do executivo são selecionados através de eleições competitivas entre dois ou mais partidos.

A variável XROPEN trata da acessibilidade (abertura) do recrutamento para o executivo. Esse recrutamento é considerado “aberto” quando toda a população politicamente ativa tem a oportunidade, em princípio, de obter essa posição através de um processo regulamentado.

Dentro dessa variável, a categoria “fechado” significa que os chefes de Estado são determinados a partir da sucessão hereditária. As categorias “dual/designação” e “dual/eleição” são utilizadas quando existem dois chefes de Estado escolhidos de maneiras diferentes. Ambas se referem a um chefe escolhido por hereditariedade e outro escolhido através da designação ou da eleição. A última categoria “aberto” ou “eleição” é utilizada quando os chefes do executivo são escolhidos através de designação elitista, eleições competitivas ou arranjos transicionais entre as demais opções.

A variável XCONST diz respeito à independência da autoridade do executivo. Isto é, a variável refere-se aos limites institucionalizados ao poder de decisão dos chefes do

executivo. Trata, portanto, do sistema de pesos e contrapesos entre as várias partes do processo de tomada de decisão. É formada por uma escala de 7 categorias: 4 categorias fixas e 3 categorias intermediárias que se encontram entre as outras categorias e servem para explicitar uma mistura de características entre a categoria anterior e a posterior.

A primeira categoria fixa é a de “autoridade ilimitada” que representa a situação na qual não existem limitações regulares ao exercício de poder pelo chefe do legislativo. A segunda categoria fixa é a de “pouca ou moderada limitação” utilizada para caracterizar a situação onde existem limites reais mas reduzidos sobre o executivo. A terceira categoria fixa é a de “limitações substanciais” que demonstra que o poder executivo tem mais autoridade efetiva do que qualquer grupo ao qual tenha que prestar contas mas está sujeito a limitações por parte destes. E a última categoria fixa é a de “paridade executiva ou subordinação” o executivo tem a mesma autoridade efetiva que os grupos para os quais tem que prestar contas na maioria de suas atividades.

A variável PARREG diz respeito à competição e oposição política e mede até que ponto o sistema político permite que cidadãos comuns influenciem as elites políticas de maneira regular. O Polity IV mede isso de duas maneiras: através do grau de institucionalização ou regulamento da participação política e através do limite das restrições governamentais à participação política.

Relevantes aos conceitos que o trabalho busca desenvolver, existem duas categorias que são aplicáveis ao conceito de autocracia e estão explícitas na Tabela 5. A primeira é a categoria “sectária” na qual as demandas políticas são caracterizadas pela incompatibilidade de interesses e posturas intransigentes entre os muitos grupos e identidades, oscilando entre um faccionalismo intenso e favoritismo governamental. Também inclui o caso em que porções da população tenham sido historicamente excluídas de posições de poder. A segunda, é a categoria “restrita” na qual alguma participação política organizada é permitida sem um faccionalismo intenso, mas grupos significantes assim como questões e/ou tipos de participação convencionais são regularmente excluídos do processo político.

Também tratando de competição e oposição política, a variável PARCOMP mede a competitividade da participação política através de cinco categorias. A primeira, “reprimida” caracteriza uma situação na qual nenhuma atividade de oposição é permitida fora do regime e do partido de situação. A segunda categoria, “suprimida” é utilizada para quando é permitida alguma competição política organizada fora do partido incumbente, sem um faccionalismo muito intenso. Porém, o regime limita sistematicamente sua forma e extensão de maneira a excluir grupos substanciais (20% ou mais da população) da participação. Esse tipo de

competição “suprimida” se difere da faccional pela natureza sistemática e persistente das restrições.

A categoria “faccional” se aplica aos países onde hajam facções políticas étnicas ou paroquiais que competem regularmente por influência política somente para promover uma agenda particularista e favorecer membros do grupo em questão, em detrimento de outros membros da sociedade. A categoria “transicional” é utilizada nos casos de transição entre as diferentes categorias. Por fim, a categoria “competitiva” é usada para englobar as *polities* que apresentam grupos políticos seculares relativamente estáveis e duráveis que competem regularmente por influência política a nível nacional e a transferência pacífica de poder.

É importante ressaltar que muitos países apresentam um mix das características de autoridade tanto de DEMOC quanto de AUTOOC. A junção da pontuação obtida através dos pesos dedicados às diferentes variáveis ocorre através da subtração do valor de AUTOOC a partir do valor de DEMOC. Essa subtração gera a variável POLITY que determina em que ponto da escala democracia-autoritarismo o país em questão se encontra ( $DEMOC - AUTOOC = POLITY$ ).

A escala unificada POLITY, formada a partir da junção das pontuações referentes às características de autoridade, varia de -10 (fortemente autocrático) a +10 (fortemente democrático). Os países que se encontram no meio dessa escala, ou seja, que possuem características democráticas e autocráticas igualmente fortes, são denominados “anocracias”.

A teoria original desenvolvida por Eckstein e Gurr (1975) através da qual o projeto Polity IV se desenvolve, coloca que autocracias e democracias surgem a partir de características de autoridade distintas, e que os elementos das duas podem coexistir no contexto de qualquer regime particular. A inclusão da variável POLITY não visa rejeitar o conceito original, ou implicar que democracias e autocracias são opostos de um espectro unificado. O objetivo desta variável é de apresentar um caminho conveniente para examinar os efeitos dos regimes em análise. Porém, é importante ressaltar que o meio do “espectro” Polity pode abrigar muitos tipos diferentes de regimes que não estão necessariamente presentes na teoria original (Marshall, Gurr e Jagers, 2014).

Além disso, é importante deixar claro que a metodologia utilizada pelo projeto Polity IV vai mais além das características de autoridade típicas dos regimes democráticos e autocráticos. Outras variáveis tratam de situações e componentes que não necessariamente se encaixam como características de autoridade para nenhum dos dois regimes. Como o escopo desse trabalho é a discussão da metodologia utilizada para a caracterização de democracias e

não-democracias, tais variáveis não serão aqui discutidas, apesar de estarem presentes na abordagem metodológica do medidor.

### 4.3 Varieties of Democracy (V-DEM)

O medidor “VarietiesofDemocracy” ou V-Dem é relativamente novo se comparado aos medidores já abordados nesse trabalho. Ele busca uma “nova abordagem para a conceitualização e mensuração democrática” (V-Dem, 2016). O medidor surgiu a partir da colaboração de mais de 50 pesquisadores que tem como base o Departamento de Ciência Política da Universidade de Gothemburg na Suécia e da Universidade de NotreDame nos Estados Unidos.

O projeto busca se diferenciar dos outros medidores existentes através do aumento da desagregação de componentes e índices necessários para compor o conceito de democracia. O V-Dem trata também as diferentes variedades do conceito de democracia – por isso o nome do projeto – e distingue entre sete princípios democráticos principais: eleitoral, liberal, participatória, majoritária, consensual, deliberativa e igualitária.

Os pesquisadores atribuem a ramificação da mensuração do conceito de democracia ao fato de que não existe um consenso sobre o que é democracia na literatura da Ciência Política. A raiz da diferença entre esses princípios é o fato de que diferentes escolas de pensamento priorizam diferentes valores democráticos. Desse modo, é possível testar diferentes abordagens para o mesmo caso, o que pode levar a resultados diferentes a partir do mesmo medidor, do mesmo pesquisador e do mesmo país (Coppedge et al, 2016).

#### 4.3.1 Princípios democráticos

O projeto se engaja em medir os princípios democráticos e os valores que os sustentam. De acordo com os próprios pesquisadores do V-Dem (Coppedge et al, 2016), o princípio eleitoral – base para todas as definições de democracia apresentadas – prioriza o valor de fazer com que os governantes respondam aos cidadãos através de eleições periódicas. Esse componente é chamado de “Índice da Democracia Eleitoral V-Dem” e é o único índice que é imprescindível para que um caso possa ser codificado como democracia a partir deste medidor.

Já o princípio liberal carrega consigo o valor intrínseco de proteger direitos individuais e de minorias contra uma “tirania da maioria” e repressão por parte do governo.

Este princípio é alcançado através da proteção constitucional das liberdades civis, forte Estado de Direito, e um sistema eficiente de controle que limite o uso do poder executivo.

Por sua vez, o princípio participatório incorpora os valores de governo direto e participação ativa dos cidadãos em todos os processos políticos. Embora a participação em eleições já conte para esse princípio, ele também enfatiza formas de participação não-eleitorais, como organizações da sociedade civil e outros mecanismos eleitorais e não-eleitorais de democracia direta.

O princípio deliberativo congrega do valor que decisões políticas em nome do bem comum devem ser motivadas por um processo caracterizado pelo diálogo respeitoso e racional em todos os níveis, ao invés de por apelos emocionais, vínculos solidários, interesses paroquiais ou coerção.

Por fim, o princípio egalitário, de acordo com os pesquisadores, mantém que desigualdades materiais e imateriais impedem o real uso de direitos e liberdades formais políticos (eleitorais). Idealmente, todos os grupos devem gozar de capacidades iguais *de jure* e *de facto* para participar, para servir em posição de poder político, e para influenciar tomadas de decisão. Como sugere a literatura dessa vertente, altas taxas de desigualdade em saúde, educação ou renda se enquadram como fatores impeditivos do exercício do poder e dos direitos político.

Os autores deixam claro que entendem que esse esquema conceitual não captura todas as distinções teóricas que entram em jogo na complexa definição do conceito de democracia. A separação entre esses 5 princípios baseou-se nos valores base e instituições que as correntes de cada princípio enfatizam como crítica à definição da democracia com base somente no sistema eleitoral. Tais princípios são tratados como “Índices Democráticos” no medidor.

#### 4.3.2 Índices de Democracia

O Índice de Democracia Eleitoral leva em consideração duas lógicas para como tratar seus múltiplos componentes em relação ao seu peso na formação de um determinado índice. A primeira, baseada em Sartori, mantém que todo atributo definidor é necessário ao conceito, e requer que tais atributos sejam multiplicados para que cada um dele só possa afetar o índice em questão até o mesmo ponto que os outros que lá estão. A segunda lógica, conhecida como “semelhança familiar” permite a substitubilidade entre os componentes, isto é, um alto valor de um componente pode compensar um valor baixo em outro.

A fórmula usada para o Índice de Democracia Eleitoral delega peso igual ao conjunto de componentes aditivos e multiplicativos. Desse modo, a fórmula utilizada lê:

$$\begin{aligned}
 & \text{Democracia Eleitoral (poliarquia)} \\
 & =.5*(\text{semelhança familiar}) + .5*(\text{condições necessárias}) \\
 & =.5*(.2*\text{Soma do executivo eleito, etc}) + .5*(\text{Produto do executivo eleito, etc}) \\
 & =.1*\text{executivo eleito} + .1*\text{eleições limpas} + .1*\text{liberdade de expressão} + .1*\text{liberdade de associação} + \\
 & \quad .1*\text{sufrágio} \\
 & +.5*\text{executivo eleito} * \text{eleições limpas} * \text{liberdade de expressão} * \text{liberdade de associação} * \text{sufrágio}
 \end{aligned}$$

Os pesquisadores do projeto afirmam que cada termo aditivo tem o mesmo peso dos termos multiplicativos porque não existe uma razão única e inequívoca para preferir um em detrimento do outro. Tal fórmula apresenta um alto valor de correlação com fórmulas feita puramente com os componentes aditivos ou multiplicativos.

O Índice de Democracia Eleitoral é tratado como o alicerce para todos os outros índices, posto que não pode existir democracia sem eleições. Ao mesmo tempo, os índices representam diferentes escolas de pensamento que argumentam que somente eleições são insuficientes para caracterizar a natureza democrática em sua totalidade.

Desse modo, o medidor propõe a agregação do componente eleitoral (v2x\_polyarchy) aos diferentes componentes democráticos, para a obtenção dos diferentes Índices Democráticos (ID) através da fórmula (sendo CE = componente eleitoral e CP = componente de princípio):

$$\text{ID} = .25*\text{CE}^{1.6} + .25*\text{CP} + 5*\text{CE}^{1.6}*\text{CP}$$

O medidor propõe, ao explicitar sua metodologia, aprofundar a desagregação do conceito democrático através da apresentação dos componentes que constituem cada índice mencionado acima, e dos indicadores que constituem cada um desses componentes, que também são índices por serem formados a partir da combinação de outros elementos.

A começar pelos componentes, estes especificam as distintas propriedades associadas aos princípios já explicitados. O Índice de Democracia Eleitoral, por exemplo, é composto por 5 componentes, que por sua vez também são índices compostos a partir de indicadores. São eles: liberdade de associação, sufrágio, eleições limpas, executivo eleito e

liberdade de expressão. O Índice de Democracia Liberal é composto de três sub-índices: o índice da igualdade perante a lei e da liberdade individual; o índice dos limites judiciais ao executivo; e o índice dos limites legislativos ao executivo. E assim por diante.

O passo final da desagregação é a apresentação dos indicadores que fazem parte dos componentes que formam os índices principais. Os pesquisadores do projeto deixam explícito (Coppedge et al, 2016) quais características que buscam nos indicadores: a) ser relacionado a pelo menos uma propriedade democrática; b) ainar o processo político com o principal significado da democracia como governo popular; c) ser mensurável entre países e através do tempo.

Os indicadores podem tomar forma nominal (texto, classificações, datas), ordinal (ex: escalas do tipo Likert), ou escalas de intervalo. Alguns se referem aos aspectos *de jure* do Estado em questão, isto é, às regras estabelecidas por lei. Outros dizem respeito aos aspectos *de facto* deste Estado, isto é, aquilo que na prática ocorre ali. Existem 350 indicadores diferentes na base de dados do V-Dem, inclusive alguns que não fazem parte dos índices já discutidos aqui, mas que estão de alguma forma relacionados à democracia.

O esquema conceitual do V-Dem reconhece diferentes níveis de agregação desde índices até a construção final do conceito de democracia. Os pesquisadores chamam a atenção para seis clarificações metodológicas a respeito do medidor (Coppedge et al, 2016). Primeiramente, clarificam que a operacionalização da democracia oferecida não tem a intenção de incorporar as causas da democracia, já que estas tem provado ser contextuais para cada caso.

Segundo, a empreitada para a conceitualização democrática não deve ser confundida com aquela para conceituar governança, embora exista sobreposição entre os conceitos. Terceiro, eles reconhecem que alguns indicadores e componentes são mais importantes em garantir o nível geral de democracia de um país do que outros, mas a medida exata desses parâmetros depende do modelo de democracia escolhido.

Quarto, aspectos de diferentes idéias de democracia às vezes entram em conflito entre si. Do mesmo modo, a mesma instituição pode ser vista de maneiras diferentes de acordo com diferentes princípios democráticos. Tais contradições são intrínsecas ao conceito multidimensional de democracia. Porém, com indicadores separados para medir diferentes pontos de vista é possível compará-los empiricamente.

Quinto, os pesquisadores reconhecem que o conjunto de índices, componentes e indicadores proposto por eles, embora abrangente, não abarca todas as possibilidades. O próprio perfil multifacetado da democracia impede qualquer tentativa de completude em

caracterizá-la. Além disso, alguns aspectos democráticos são difíceis de trabalhar empiricamente, ainda mais se analisados comparativamente em diferentes localidades e através do tempo.

Por fim, embora mais facilmente conceitualizáveis, os índices e princípios apresentados também são resistentes a definições fechadas e autoritárias. O objetivo dos pesquisadores é de identificar os atributos mais essenciais e distintivos associados a esses conceitos para prover assim um guia, não uma legislação autoritária, para a operacionalização do conceito de democracia.

## 5 DIFERENÇAS PRÁTICAS: EXEMPLOS DA AMÉRICA LATINA

Essa seção tratará da diferença prática entre medidores dentro do recorte da América Latina, mais especificamente de dois países latinoamericanos: Brasil e Venezuela. Os dois países foram selecionados por mostrarem pontos de diferenciação entre medidores que se fazem interessantes para a discussão deste assunto.

Além disso, a seção abordará a medição diferenciada dos diversos tipos de democracias, baseando-se na metodologia do medidor já abordado V-Dem, através de gráficos construídos a partir das ferramentas de dados e gráficos oferecida aos pesquisadores no site do próprio medidor. A partir disso, é possível destrinchar os diferentes níveis de democracia de um mesmo país e discutir como a abordagem diferenciada sobre um mesmo conceito polissêmico pode levar ao erro empírico.

Desse modo, a comparação será feita através dos gráficos, que são formados a partir da combinação entre os diferentes índices democráticos já mencionados no presente trabalho. Tais índices foram adaptados para melhor comparação em uma escala que varia de 0 – 1. Essa adaptação é feita pelo próprio medidor V-Dem, e não pela autora. Assim, a intenção do medidor é de que mesmo os índices que apresentam escalas de mensuração diferentes possam ser comparados entre si, fomentando assim a discussão e as diferentes interpretações que possam surgir a partir de tais dados.

Somente o índice da FreedomHouse necessitou ser tratado diferentemente, a partir de seus componentes principais. Já que a FreedomHouse não mede necessariamente a democracia, não possui um índice democrático e sim uma classificação em duas categorias distintas: Liberdades Civas e Direitos Políticos. Estas foram combinadas pela autora para formar o conceito de democracia liberal geralmente atribuído ao medidor em questão, aqui chamado de “Índice de Liberdade”.

Assim, os gráficos contarão com três medidores: Índice de Democracia Liberal (V-Dem), Índice Polity (Polity IV) e o Índice de Liberdade (FreedomHouse). O recorte temporal será feito a partir do ano 1972, por este ser o primeiro ano de dados disponíveis para a FreedomHouse e se estenderá até o ano de 2012 por ser o último ano de dados disponíveis da escala Polity.

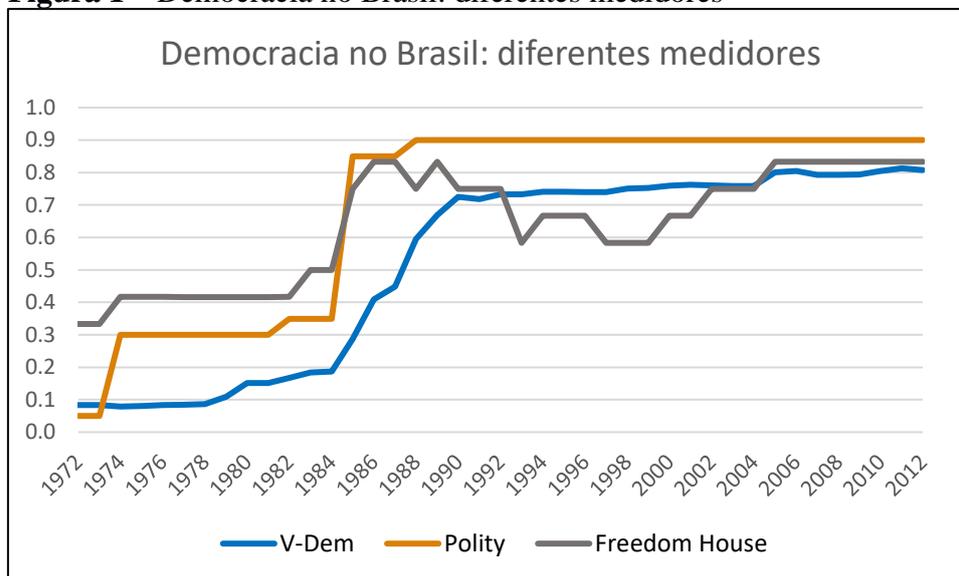
Dentre as possíveis definições de democracia, a única comparável entre todos os medidores foi a democracia liberal, e por esta razão ela é a variável selecionada para análise no gráfico comparativo de medidores. Porém, as “outras democracias” poderão ser observadas

no gráfico comparativo de indicadores democráticos que será feito somente com dados do V-Dem para cada um dos três casos de estudo. Desse modo, será possível comparar como cada aspecto do que pode ser considerado democracia evolui para cada um dos países analisados com o passar do tempo. Esse passo é importante para discutir quais aspectos do conceito de democracia são considerados em se tratando de definir o status democrático de um país.

## 5.1 Brasil

### 5.1.1 Democracia segundo diferentes medidores

**Figura 1** – Democracia no Brasil: diferentes medidores



Fonte: V-Dem

O Brasil tem uma longa história de governos civis interrompidos por longos períodos de ditadura militar, como boa parte da América Latina. O período mais recente de comando militar do país foi de 1964 a 1985, que coincidiu também com um período de instabilidade democrática de toda América Latina (Polity Project, 2010a). O ano de transição, 1985, é também o ano em que inicia-se um período de divergência entre os medidores, que termina no ano de 2005, como mostra a Figura 1.

A diferença na conceitualização e valoração do conceito de democracia causa a discrepância aparente no gráfico. Acontecimentos-chave para a determinação prática do conceito de democracia foram analisados e interpretados de acordo com o conceito norteador de cada medidor, desse modo gerando resultados diferentes.

O primeiro ponto de divergência se dá em 1985, no qual o medidor Polity apresenta um crescimento destoante do índice democrático no ano em questão. Ano este em que o Brasil deixou de ser governado por militares e voltou a ser governado por civis. O governo de José Sarney (1985 – 1990) ficou conhecido como o governo de transição entre o período da ditadura para a democracia.

O medidor Polity representa o início da transição como algo que já coloca o país imediatamente em patamar democrático. Para os outros medidores, 1985 representou um aumento mais modesto no índice democrático, por se tratar somente do início de uma transição que poderia não se concretizar.

Além disso, é apontado por autores como Saes (1988), Zaverucha (1994), Codato (2005) que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados à ditadura mas uma “reacomodação no universo das elites, tendo as Forças Armadas passado para o fundo de palco, sem contudo perder suas prerrogativas”. O que ocorreu não foi uma ruptura com o autoritarismo ou com os grupos responsáveis, mas sim uma mudança “lenta, gradual e segura” de modo de governo (Codato, 2005). Desse modo, a discussão do aspecto dual do regime brasileiro durante o governo Sarney se faz necessária.

Saes (1998) argumenta que podem existir uma série de liberdades políticas e instituições tipicamente democráticas dentro de um regime não democrático. A questão central seria a função que tais instituições e “liberdades” que desempenham. Para Saes, o governo Sarney, o pluripartidarismo e as eleições majoritárias cumpriram a função de ocultar o caráter ainda militarizado do processo de decisão estatal.

Zaverucha (1994) fala de enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado, que estabelecem um tipo de “democracia tutelada”. Isto quer dizer que a figura política que estava no poder, que aparecia como chefe de Estado, na verdade não comandava. Este aspecto controverso e sutil não parece ser captado pelos medidores Polity e FreedomHouse, que classificam o país como sendo bem mais democrático do que sua realidade.

O fim dos governos militares representou, pelo menos no papel, o início de um período democrático que se iniciava no Brasil. O medidor Polity – e até certo ponto o medidor FreedomHouse – capta este aspecto *de jure* da história do país, mas não capta a situação *de facto* da realidade em questão. Uma análise empírica baseada na interpretação deste medidor poderá levar a classificar um país (ainda) não democrático como democrático. As consequências desse tipo de erro foram melhor discutidas no primeiro capítulo.

Prosseguindo com a análise do gráfico, a partir de 1985 o medidor FreedomHouse apresenta um comportamento destoante dos outros medidores, com mais subidas e descidas

enquanto os outros apresentam pouca variação. Além disso, os valores atribuídos são relativamente mais baixos do que os dos outros medidores para o mesmo período. Isso também se deve à diferença em conceituação do que deve ser incluído numa definição de democracia.

Ao desagregar o índice da FreedomHouse, é possível perceber que a variação apresentada pelo medidor durante os anos 1990 se dá mais por uma variação no índice de liberdades civis do que direitos políticos. Isto é, o que causa a diferenciação entre os medidores é a conceituação de quais liberdades civis são consideradas importantes para a criação do índice democrático.

Em 1992, ano do impeachment do primeiro presidente eleito diretamente desde 1960, afeta negativamente somente o medidor Polity, que apresenta uma queda significativa no índice democrático para o ano de 1993. Porém imediatamente volta a subir, devido, entre outras coisas, ao sucesso do Plano Real.

O Índice de Liberdade volta a descer em 1997 devido a dois fatores. O primeiro tem a ver com a emenda constitucional aprovada que garantiu ao presidente o direito de reeleição. O segundo de a ver com a questão da demarcação terras indígenas e da violência associada ao tema. O decreto 1775, permitiu que estados, municipalidades e não-indígenas contestassem a demarcação a nível Federal. Após o decreto, mineiros e madeireiros aumentaram o seu cerco à terras indígenas demarcadas, o que gerou mais violência (FreedomHouse, 1998a).

Enquanto o medidor Polity permanece relativamente estável e o medidor V-Dem continua numa subida lenta mas ininterrupta em direção a níveis mais democráticos e sem queda, o Índice de Liberdade se mostra mais sensível às pequenas variações de caráter do regime em questão. Qualquer trabalho empírico realizado buscando somente um destes medidores corre o risco de erro empírico.

No ano 2000, o Índice de Liberdade volta a subir, de acordo com a FreedomHouse, devido à melhoras na maneira de lidar com a corrupção e com o crime organizado. Isso se dá ao fato de que, pela primeira vez, um Senador acusado de corrupção ter sido destituído de sua função. Além disso, no mesmo ano foi criado um comitê sobre o crime organizado e o tráfico que gerou um documento que implicava quase 200 oficiais brasileiros (FreedomHouse, 2001a).

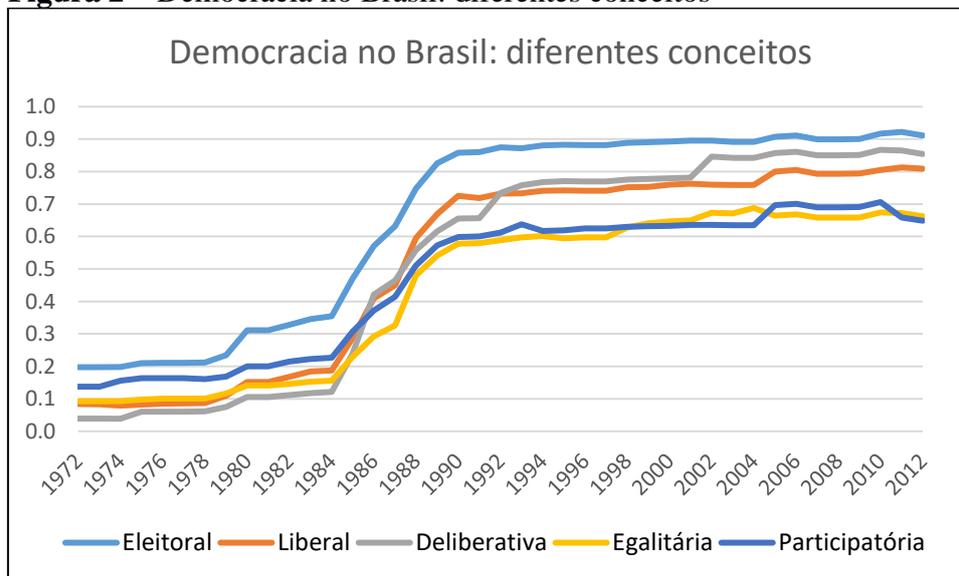
Em 2002 o índice subiu mais um vez devido a uma melhora em direitos políticos, mais especificamente pela aprovação no congresso de um código legal que pela primeira vez coloca homens e mulheres no mesmo patamar legal. Além disso, um decreto passou a garantir os direitos dos casais homoafetivos em relação a pensão, benefícios fiscais entre outros direitos já garantidos a casais hétero (FreedomHouse, 2002a).

Em 2005, o Brasil já saiu da categoria “Parcialmente Livre” e entrou na categoria “Livre”, isto é, de acordo com o medidor FreedomHouse, é considerado uma democracia. A saída da zona ambígua apresenta uma facilidade maior de classificação dos regimes. Porém, é necessário lembrar que dentro dessas categorias amplas existe espaço para variações e diferentes tipos próprios de regimes que não são sequer abordados através dos medidores.

De 2005 a 2012, os medidores apresentam mais ou menos a mesma tendência de continuidade sem muitas mudanças. Desde 2005 o índice da FreedomHouse ultrapassa o do V-Dem de modo a registrar um índice democrático mais alto, mas permanece na mesma tendência dos outros.

### 5.1.2 Democracia segundo diferentes abordagens

**Figura 2 – Democracia no Brasil: diferentes conceitos**



Fonte: V-Dem

As variações em mensuração democrática se dão devido a diferentes conceituações base do que é (ou dever ser) a democracia. Utilizando dados do medidor V-Dem e sua ferramenta online de comparação, é possível desenvolver um gráfico como a Figura 2 que mostra cinco diferentes abordagens do conceito de democracia e mostra em que pontos elas convergem e divergem.

Os índices apresentam a mesma tendência e não existem grandes discrepâncias entre eles. Porém, é possível notar que o índice eleitoral encontra-se sempre mais alto do que os outros. Como o índice eleitoral também é usado como medidor democrático, é interessante

perceber que o uso de somente esse índice gera a impressão de que o país é mais democrático do que é em realidade, se comparado com outras abordagens do tema.

O ano de 1985 é um ano crucial para todas as vertentes democráticas, a partir dele, toda forma de índice democrático passa a subir, especialmente o eleitoral. O índice eleitoral foi o que mais se firmou após o fim da ditadura militar. A idéia de contestação e participação (poliarquia) se tornou presente na vida política brasileira e não tem sofrido muitas variações desde então. Essa consolidação eleitoral foi essencial para o crescimento de outros índices democráticos.

O índice mais baixo é o que representa a democraciaEgalitária. Isso se deve ao fato de o Brasil ser um país onde a desigualdade social e econômica é predominante na sociedade. Assim, de acordo com a visão egalitária, esses cidadãos apresentam menos capacidade de interagir politicamente devido às limitações impostas por sua condição e que não são sanadas pelo governo.

Outro índice que também aparece baixo quase se entrelaçando ao índice egalitário é o Participatório e isso se dá também por razões semelhantes que limitam a participação de todos os cidadãos brasileiros na política.

A democracia liberal permanece dentro da tendência geral das outras democracias, desenvolvendo índices relativamente altos. Seu crescimento começa rápido em 1985 e apresenta uma diminuição de ritmo nos anos 90, apesar de ainda continuar crescendo. O fim dos regimes militares representou apenas o começo da melhoria e da luta para construção de liberdades civis na sociedade brasileira. Inúmeras questões entram em pauta na discussão desse assunto, desde direitos de minorias, até liberdade de expressão. Por essa razão, o índice liberal é o mais utilizado para medir a democracia em geral, porque agrega diversos fatores considerados cruciais em um só índice.

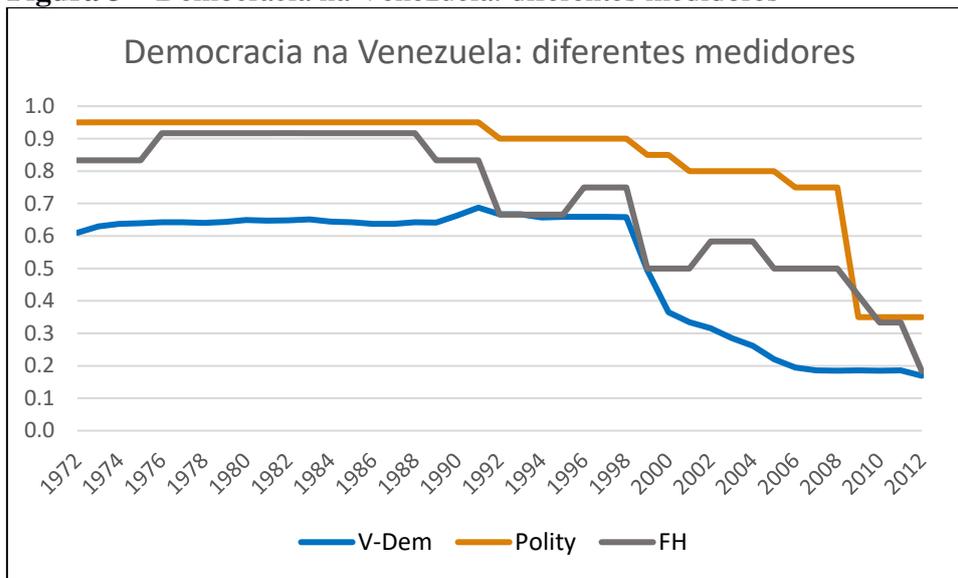
O índice deliberativo também se mostra relativamente alto e acompanha o índice liberal por estar de certa forma conceitualmente ligado a ele. O poder de deliberação em uma sociedade aumenta na medida que esta sociedade possui direitos garantidos para poderem expressar a sua voz política.

O ponto mais importante do gráfico em questão é notar o espectro formado entre o índice de menor pontuação e aquele de maior pontuação. Essa diferença é essencial para a discussão da necessidade de melhor conceituação da definição democrática, pois ela demonstra de certo modo uma janela de erro empírico que pode acontecer simplesmente por haverem diferentes conceituações de um mesmo termo, e este influencia o resultado final de pesquisas inteiras.

## 5.2 Venezuela

### 5.2.1 Democracia segundo diferentes medidores

**Figura 3** – Democracia na Venezuela: diferentes medidores



Fonte: V-Dem

A Venezuela é um país bastante discutido na literatura devido à sua ambiguidade democrática. Como explicitado na Figura 3, a maior divergência entre medidores quanto ao status democrático da Venezuela se dá entre o período de 1998 a 2010, e isso se dá por diversos fatores.

Em 1998 Hugo Chavez ganhou as eleições presidenciais com 56% dos votos em uma eleição considerada livre e limpa (FreedomHouse, 1999). Chavez era uma figura populista da esquerda Venezuelana, um militar que se tornou político e que já havia executado e falhado em uma tentativa de golpe de Estado em 1992. Assim que assumiu a presidência, Chavez convocou um referendo nacional para autorizar a formação de uma nova Assembléia Constituinte para a outorgação de uma nova constituição para o país. A nova constituição foi aprovada com 71,2% dos votos em Dezembro de 1999.

Em janeiro de 2000, o legislativo bicameral foi dissolvido e substituído por um corpo interino de 21 membros, numa transição executada sob o controle do então presidente que

tutelou a eleição para novos membros ganhando 92% da bancada. Nesse ponto, para reiteração da nova constituição, uma nova eleição presidencial foi convocada, na qual Chavez ganhou com 59,7% dos votos. Além disso, o então presidente ganhou um referendo de revogação instituído pelos partidos de oposição também por 59% dos votos. Para observadores internacionais, as eleições de 2000 também foram consideradas livres e limpas (FreedomHouse, 2001b).

A nova constituição Venezuelana que entrou em efeito a partir de 1999 trouxe consigo vários fatores que podem explicar a queda no status democrático – mais acentuada para FreedomHouse e V-Dem – do país. Ela aumentou o poder do executivo substancialmente, aumentou o controle executivo sobre o banco central, os militares e o legislativo. A constituição substituiu o legislativo bicameral por uma assembléia unicameral, eliminando o Senado que era controlado por representantes da “velha política” e senadores “vitalícios” (Polity Project, 2010b). Além disso, ela fez com que se tornasse mais fácil censurar a mídia e com que o atual presidente tivesse a oportunidade de permanecer no poder por mais 12 anos (FreedomHouse, 1999).

Em Novembro de 2000, o legislativo passou uma lei garantindo ao presidente poderes de governar por decreto por um ano em áreas de política industrial e econômica e administração governamental. Em Dezembro do mesmo ano, um referendo nacional autorizou o presidente a suspender líderes sindicais e agendar eleições para sua substituição.

Em 2001, o índice democrático continua em queda para Polity e V-Dem, enquanto “estabiliza” para FreedomHouse. Este último medidor afirma que durante este período houve uma melhora no clima político devido às eleições haverem ocorrido dentro da legalidade no ano anterior. Porém, esta melhora é contrabalanceada, isto é, equilibrada, por uma piora em liberdades civis devido à tentativa do então presidente de centralizar o seu controle não só do aparelho do Estado mas da sociedade civil.

A FreedomHouse ainda acrescenta, para este mesmo ano, um aumento significativo na violência urbana, fato que ameaçou a segurança de todos os Venezuelanos, mas principalmente dos mais pobres. A onda de crimes foi centralizada em Caracas, onde já existia também um problema de armas e tráfico de narcóticos que só fizeram piorar a sensação de insegurança no país. Neste ano, a Venezuela foi considerada um dos 10 países mais violentos das Américas e Europa, e a polícia se mostrou incapaz de lidar com a situação. Isso também influenciou no status democrático em questão (FreedomHouse, 2003).

Para o medidor V-Dem, a tendência democrática do país em 2001 é negativa devido à falta de representantes da oposição no congresso. Como mencionado antes, a criação de uma

única câmara num processo tutelado pelo presidente lhe rendeu 92% da bancada, o que afeta diretamente no índice multiplicativo de poliarquia (componente do Índice de Democracia Eleitoral), que mede, entre outras coisas, o nível de polarização das câmaras.

As tensões políticas e sociais na Venezuela desencadearam uma crise que levou a uma paralisação geral em abril de 2002, o que por sua vez resultou em uma onda massiva de protestos e confrontos violentos pelo país, mas principalmente em Caracas. Nesse contexto, orquestrou-se – com a ajuda da grande mídia Venezuelana (“*A revolução não será televisionada*”, 2002) – um golpe de Estado contra o então presidente Hugo Chavez.

Chavez foi detido e levado à prisão, enquanto os líderes do golpe instalaram Pedro Carmon como novo presidente interino. Quando Carmon buscou suspender a nova constituição e dissolver o legislativo, perdeu apoio entre os líderes militares. Desse modo, assume Diosdado Cabello, exvice presidente de Chavez, que devolveu o cargo ao presidente deposto, depois deste ter sido resgatado de seu cárcere por militares simpatizantes (Polity Project, 2010).

A tentativa de golpe contra Chavez, que os Estados Unidos demoraram a reconhecer, incluiu o fechamento quase total do monopólio do petróleo do Estado da Venezuela, uma greve geral, um rápido governo interino e a morte de 19 cidadãos Venezuelanos em meio a protestos. Além disso, a queda no status democrático do país também ocorre devido ao aumento significativo da violência no país, tanto por parte do governo, quanto da população (FreedomHouse, 2002b).

Em contrapartida aos acontecimentos e ao golpe frustrado no ano de 2002, a FreedomHouse registra um aumento no seu índice democrático, mais especificamente na categoria Liberdades Civis. De acordo com o medidor, esse aumento se deu “devido a resiliência da sociedade civil face às pressões do governo do presidente Hugo Chavez” (FreedomHouse, 2003).

Como mencionado antes, autores como Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001) e Bollen e Paxton (2000) apontam um viés sistemático contra governos de esquerda por parte da FreedomHouse. Desse modo, essa interpretação também pode ser válida para a compreensão do gráfico em questão.

Em 2005, o índice da FreedomHouse volta a cair, acompanhando assim a tendência dos outros dois medidores. Isso ocorreu devido às eleições do legislativo que, por terem sido boicotadas pela oposição, concedeu ao partido da situação todas as vagas da casa. Tal eleição permitiu que o presidente obtivesse uma maioria necessária de 2/3 para mudar a constituição sempre que desejar (FreedomHouse, 2005).

Em 2006, Chavez foi eleito presidente pela terceira vez na Venezuela, com 63% dos votos. Em 2007, o presidente revogou a licença de uma rede de televisão de oposição, sob o pretexto de que esta estaria trabalhando para desestabilizar o governo. A ação foi vista por muitos como um ataque à liberdade de imprensa. No mesmo ano, Chavez foi derrotado em mais um referendo proposto para mudar a constituição federal.

O último ponto de destaque cabe a uma queda acentuada para o medidor Polity no ano de 2009. Isso se deu devido ao referendo que aconteceu em fevereiro do ano em questão, no qual emendas constitucionais foram votadas que permitiam que o presidente pudesse se reeleger indefinidamente e que concentravam ainda mais autoridade nas mãos do presidente. Desse modo, cai o índice de padrões de democracia (DEMOC) e aumenta o índice de padrões de autocracia (AUTOOC), gerando um resultado final baixo para PolityHouse, que até então encontrava-se menos responsivo aos eventos que se desenrolaram no país.

Apesar da correlação existente entre medidores, é possível observar que existe uma grande diferenciação entre o Índice Polity e o Índice de Democracia Liberal (V-Dem) a respeito de onde enquadrar o regime Venezuelano. Isso traz implicações empíricas a partir do momento em que o pesquisador resolve confiar na análise de determinado medidor para fundamentar a sua pesquisa. A Venezuela da Polity está relativamente mais democrática do que a Venezuela da FreedomHouse e do V-Dem.

Isso também afeta a classificação de regimes. A Venezuela apresentada pela Polity continua sendo uma democracia mais ou menos robusta até 2009. As turbulências que se acumulavam desde antes mesmo de 1998 passam quase despercebidas pelo medidor. Isso acontece devido ao modelo de gradação usado pela Polity. O Índice Polity vai ser sempre baseado na pontuação de DEMOC menos a de AUTOOC, então mesmo que o valor de DEMOC nem seja assim tão alto, se o valor de AUTOOC for baixo ou zero, o índice permanecerá alto. Desse modo, uma pesquisa que tem como base uma classificação que permanece artificialmente alta por uma questão de metodologia, pode conter sérios erros empíricos e de classificação.

A Venezuela ilustra como um país pode, ao mesmo tempo, abarcar características tidas como democráticas e autoritárias. Também serve de exemplo para discutir a duração e a real firmeza das democracias ditas estabelecidas ou fortes. Os índices democráticos da Venezuela caíram vertiginosamente nas últimas décadas, mas ainda assim o país não pode ser considerado uma completa autocracia.

O hibridismo democrático da Venezuela mostra como as diferentes maneiras de medir democracia fazem a diferença, assim como as diferenças entre elas. A sua medição

chama atenção para a influência das conceituações norteadoras dos medidores em seus resultados, como explicitado pelo possível viés exibido pelo medidor FreedomHouse.

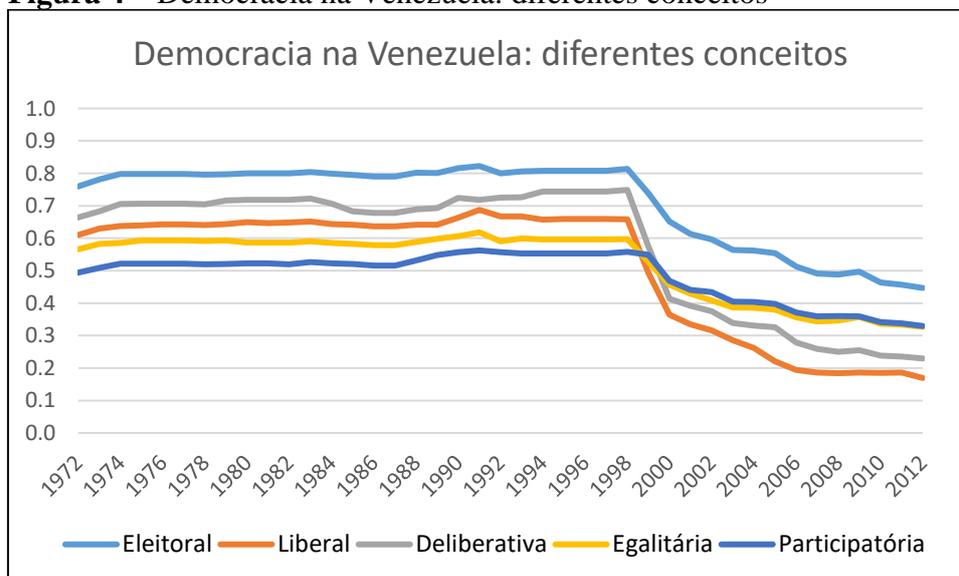
Além disso, a classificação oferecida pelos medidores é insuficiente para atestar as diferentes gradações das não-democracias que, como mostra o gráfico, podem ser bem diferentes. Categorias como “parcialmente livre” ou “anocracias” pouco falam acerca do regime específico em questão. Esse tipo de termo muito abrangente acaba agrupando todos os valores medianos como se estes correspondessem a uma única gradação.

Isso é danoso porque pode agrupar países bastante diferentes que não deveriam sequer fazer parte de uma mesma categoria. E isso, claro, pode trazer consequências para o resultado empírico em questão. A Venezuela era “parcialmente livre” tanto em 1999 quanto em 2012 e é claramente exposto no gráfico que o país de 1999 não é o mesmo de 2012. Os índices democráticos de 2012 são baixíssimos se comparados a 1999, no entanto, enquadraram-se na mesma categoria. Esse tipo de agrupamento residual pode levar a conclusões erradas sobre o verdadeiro estado de um determinado país.

Classificações como a de Levitsky e Way (2010), que enquadram a Venezuela num subtipo específico de não-democracia denominado “autoritarismo competitivo”, servem para melhor explicitar as características reais e presentes do regime em questão, ao invés de se deter a classificações do que era ou do que virá a ser. Esse tipo de classificação tem se tornado cada vez mais necessária no atual momento para descrever e classificar regimes ambíguos.

## 5.2.2 Democracia segundo diferentes abordagens

**Figura 4** – Democracia na Venezuela: diferentes conceitos



Fonte: V-Dem

As diferentes percepções de democracia também podem oferecer visões diferentes e até conflitantes a respeito da democracia. A partir dos dados oferecidos pelo medidor V-Dem, é possível mapear lado a lado os diferentes níveis de democracia atualmente reconhecidos dentro da literatura da ciência política.

No caso da Venezuela, é possível perceber que as diferentes abordagens democráticas caminham lado a lado mas apresentam distância entre si. Enquanto uma visão eleitoral pode classificar o país em questão como bastante democrático, uma visão participatória pode fornecer uma diferente narrativa.

Todas sofrem uma queda de valores em torno de 1998 com a ascensão de Chavez ao poder e o dismantelo do sistema bicameral, assim como a reformulação da constituição federal. Porém, a partir desse ponto é possível perceber algumas sutis diferenças entre as diferentes vertentes.

A democracia liberal é a que sofre maior queda atingindo seus pontos mais baixos em 2006 – o ano em que o partido de situação obteve todas as vagas da casa legislativa, que o permitiu mais modificações na constituição – e em 2012 devido a situação das eleições locais de 2011 que aparentemente foram favorecidas em nome do partido de situação, que chegou até mesmo a impedir candidatos de entrarem na disputa (FreedomHouse, 2012).

A democracia deliberativa também sofreu uma queda significativa entre 1998 e 1999, devido aos fatores já mencionados nesse texto que afetam particularmente a possibilidade e a qualidade da deliberação em sociedade. Ao concentrar o poder do executivo e do partido de situação dentro dos poderes, a possibilidade ou capacidade de deliberação é diminuída.

A democracia participativa permanece um pouco mais estável pois foi característica do governo populista de Chavez a participação popular em forma de eleições e referendos constantes. Porém, ao mesmo tempo, se caracterizou pela diminuição da oposição e de sua voz, algo que também pesa no quesito participação.

As democracias Igualitária e Eleitoral fazem praticamente o mesmo percurso no gráfico só que a partir de pontos diferentes. Sendo a eleitoral sempre a mais alta de todas, já que em nenhum momento deixaram de haver eleições tidas como livres e limpas no país (pelo menos para o cargo de presidente).

As diferentes abordagens democráticas chamam a atenção para o quanto o ponto de vista do pesquisador pode influenciar em seus resultados. Há uma grande diferença entre uma visão democrática eleitoral e uma participatória em termos de onde encaixar o país num

espectro democrático. Essa diferenciação que as vezes passa despercebida pode ser a razão de resultados discrepantes entre si, e de representações opostas da mesma realidade.

## 6 COMPARAÇÃO TEÓRICA DE MEDIDORES

### 6.1 Na Literatura

Os medidores aqui apresentados possuem, entre si, similaridades e diferenças. Um estudo desenvolvido por Högström (2013) mostra que a escolha do medidor democrático – e consequentemente da abordagem democrática – influencia o resultado empírico. Isto é, um mesmo estudo pode acabar obtendo resultados diferentes sobre o mesmo caso, dependendo de qual medidor escolheu usar como base. Por esse motivo, cabe aqui uma breve comparação teórico-metodológica dos medidores analisados, isto é, a demonstração dos principais pontos de choque entre eles.

A correlação encontrada por Hogstrom entre os índices FreedomHouse e Polity IV, aqui já apresentados, é de 0,875. Com um índice de correlação tão alto, o esperado seria que os dois medidores gerassem resultados empíricos bastante similares. Porém o estudo demonstra que existem discrepâncias importantes.

Os achados de Hogstrom permitem a afirmação que mesmo uma forte correlação entre medidores de democracia não é suficiente para servir de evidência que os medidores irão fornecer resultados similares. A abordagem separada de medidores similares é importante para o estudo comparativo da democracia, enquanto o uso de somente um medidor como base em uma pesquisa pode levar a sérios problemas de solidez dos resultados.

O conceito multifacetado da democracia exige também pluralidade na sua medição. Os medidores aqui apresentados abordam a democracia e a não-democracia de maneiras distintas. É benéfico ao trabalho empírico da ciência política que não só um, mas vários pontos de vista sejam analisados e comparados entre si.

Como explicitado por (Coppedge et al, 2015) muito embora a correlação entre FreedomHouse e Polity IV seja grande, essa correlação ocorre majoritariamente nos pontos extremos do espectro dos medidores. Os valores intermediários divergem, assim como os intervalos de confiança dos dois. Isso é problemático porque é impeditivo ao estudo dos casos que se encontram no meio, exatamente aqueles que são interessantes para o estudo do hibridismo, já que apresentam características tanto democráticas como autoritárias.

Coppedge et al (2015) também aponta que índices ordinais e de intervalos, como é o caso da FreedomHouse e do Polity IV, são mais sensíveis às gradações quantitativas de democracia e autoritarismo porque estes possuem mais níveis e classificações. Porém, nem sempre é este o caso. As pontuações do Polity IV se encontram agregadas em certos limites,

tendo 64% de suas observações concentradas nos extremos menores ou iguais a -6 e maiores ou iguais a +6, o que sugere que a escala não discrimina entre diferentes níveis de democracia tão bem quanto leva a entender.

Em sua comparação entre os medidores FreedomHouse e Polity IV, Högström 2013 desenvolveu uma análise das variáveis explicativas de cada medidor (tomando o próprio medidor como variável independente) e observou que o conceito de democracia exposto pela FreedomHouse é fortemente “explicado” pelas variáveis PIB per capita e educação. O que pode levar à inferência de viés por parte do medidor em relação às variáveis testadas. O mesmo não acontece com o Polity IV.

Além desse possível viés, autores como Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001) e Bollen e Paxton (2000) afirmam que o medidor possui um viés político e sistemático contra governos de esquerda. Fato exemplificado pela diferenciação em pontuação e status dada à Nicarágua e a El Salvador no período de 1979 – 1990.

A FreedomHouse também apresenta um estilo de medição gradativo e valorado. O principal objetivo do medidor é medir a “liberdade” (*freedom*) e não a democracia. A sua classificação de “mais livre” e “menos livre” é terminologicamente valorada e baseada na democracia e no liberalismo como principais fontes de liberdade dos Estados. Para um país obter nota máxima no quesito Liberdades Cívicas, é necessário que a economia seja também “livre”, isto é, um sistema econômico liberal/capitalista. E para que seja considerado “livre” deve incorporar os mesmos critérios geralmente necessários para que seja considerado uma democracia – daí o uso para tal. Trata-se portanto de uma medição não-neutra.

Em relação ao nível de agregação das variáveis, o conceito trabalhado pela FreedomHouse é relativamente desagregado, porém bem menos do que o V-Dem por exemplo. A FreedomHouse chega a desagregar até o nível de componente, mas não fornece dados brutos para indicadores, o que por si só é algo problemático do ponto de vista da credibilidade e solidez dos resultados pois impede que os mesmos sejam replicados.

Muito embora apresentem alguma desagregação, os componentes formadores dos índices ainda aparecem fortemente correlacionados entre si ( $r = 0,86$  ou mais). Embora somente a correlação em si não seja algo problemático, ela pode sinalizar que as variáveis não são independentes umas das outras, e já que o acesso aos dados brutos não é fornecido, outros pesquisadores ficam impossibilitados de testarem essa premissa (Coppedge et al, 2015).

E mesmo com esse nível de desagregação, a FreedomHouse agrupa os valores intermediários “3”, “4” e “5” da sua escala e trata-os como pertencentes a uma mesma categoria, isto é, não ocorre distinção entre três dos sete níveis oferecidos pelo medidor. Isso

dá a entender que não existe diferenciação dentre os valores intermediários, o que seria importante para o estudo das não-democracias (e não-autocracias).

Além disso, a FreedomHouse assim como o projeto Polity, apresentam conceitos fechados e pré-estabelecidos do que pode ser considerado uma democracia. Contrariamente do V-Dem, que oferece diferentes conceitos e diferentes medições do que pode ser uma democracia, os dois outros medidores trabalham mais normativamente determinando e delimitando o conceito de democracia a ser atingido. Essa diferenciação é importante para a validade dos resultados empíricos, e o fato de que estes precisam ser relacionados de alguma forma com as teorias presentes na literatura da ciência política.

O projeto Polity, segundo Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan, oferece uma relação confusa entre a definição e a operacionalização do conceito, além de regras de codificação insuficientemente claras. Segundo os autores, o modo de operacionalizar o conceito omite a proteção de liberdade civis e a abrangência da participação política ambas fundamentais para a definição que o próprio medidor faz de democracia. Além disso, os autores apontam que algumas categorias que compõem a codificação do projeto têm pouca relevância para o estudo da democracia atual, como por exemplo se o executivo é determinado por sucessão hereditária.

O medidor foca somente nos “padrões de autoridade” que são considerados típicos da democracia ou da autocracia. Isso leva ao problema da rigidez das definições, o que acarreta uma categorização fechada que não permite a pluralidade do conceito multidimensional da democracia. Isto é, para os pesquisadores do medidor, só existe um tipo de padrão para democracia e outro para autocracias.

Outro problema relacionado a isso tem a ver com os casos intermediários, que são tratados como casos residuais que não se encaixam perfeitamente em nenhum dos dois padrões de autoridade. Estes casos recebem o nome de “anocracias” e não recebem nenhuma diferenciação entre eles. A questão do hibridismo é pouco trabalhada no sentido teórico, e não é considerada como um modelo a parte, mas como uma “falta de encaixe” no modelo ideal.

Högström (2013) aponta também para o fato do projeto Polity excluir de sua medição os microestados (com uma população inferior a 500.000), o que dificulta a comparação de dados entre medidores sem uma prévia adaptação. Além disso, países determinados como em momento de interrupção, colapso ou transição da autoridade central são excluídos também da escala, o que também pode gerar os mesmos problemas de comparação.

O Polity IV não oferece um nível muito profundo de desagregação de suas variáveis e componentes. Assim como a FreedomHouse, se concentra na criação de dois índices de alto

nível, enquanto o V-Dem foca na construção de uma base de dados diversificada consistindo de uma série de medições de variadas ideias do que a democracia é ou deve ser com uma grande variedade de medidores de nível médio formados a partir dos componentes de cada conceito democrático (Coppedge et al, 2015).

Dessa maneira, os pesquisadores do V-Dem declaram que o objetivo principal do medidor é ortogonal aos do Polity IV e FreedomHouse. Eles alegam buscar complementar, e não substituir os índices mais agregados já produzidos. O objetivo é oferecer um banco de dados de indicadores base que possam ser utilizados para a construção de novos medidores, eliminando assim uma etapa do trabalho de pesquisa ao tornar tal banco disponível (Coppedge et al, 2015).

O medidor V-Dem não estabelece um único conceito do que é ou deixa de ser a democracia. Essa falta de normatização do conceito é importante para um medidor, porque permite que o próprio pesquisador construa o seu próprio índice e perceba os tipos de escolhas valoradas que entram em decidir usar uma certa medida de democracia em detrimento de outra.

A abordagem do V-Dem, que é um medidor mais novo, é mais aberta, no sentido de fornecimento de dados brutos e de conceituação democrática, algo que está alinhado com os novos rumos da Ciência Política. Diferente dos outros dois medidores, o V-Dem oferece ferramentas interativas e gráficas para trabalhar dados em seu próprio site. Oferece diferentes tipos de gráficos para diferentes níveis de agregação e permite que o pesquisador crie suas próprias variáveis e gráficos. Além disso, ainda oferece os dados de outros medidores – inclusive do Polity IV e da FreedomHouse – para que estes possam ser comparados entre si, ou aos dados do próprio V-Dem.

De acordo com Coppedge et al (2015), quatro fatores distinguem o V-Dem dos outros medidores. O primeiro é o fato de o V-Dem fornecer todos os dados agregados e desagregados de graça em seu site. O segundo é o fato de empregarem vários codificadores para as mesmas perguntas (não fatuais), respeitando a independência dos codificadores e permitindo testes de confiança entre eles. O terceiro é que eles aplicam os indicadores de democracia pela história, voltando até 1900. E por último, eles oferecem não só pontuações de índices democráticos, mas também níveis de confiança para todas as estimativas pontuais associadas a questões não factuais.

## 6.2 No Presente Trabalho

É possível, portanto, traçar um paralelo entre a discussão abordada no primeiro capítulo e o desempenho prático dos medidores democráticos analisados. Claramente, estes divergem em sua conceituação democrática também por divergirem a respeito do que deve ser incluso – ou não – no conceito de democracia. Assim, é possível usar as definições explicitadas no primeiro capítulo para classificar e explicar o desempenho e a metodologia dos medidores analisados. Do mesmo modo, é importante ressaltar como a capacidade dos diferentes medidores de detectar e reportar casos de hibridismo.

### 6.2.1 FreedomHouse

A metodologia do medidor FreedomHouse divide os indicadores entre direitos políticos e liberdades civis, desse modo evidenciando desde a primeira análise não se tratar de um medidor subminimalista. Para tal, a FreedomHouse deveria considerar somente a presença ou ausência de eleições como o fator determinante para a existência e de uma democracia. O reconhecimento e a ênfase empregada nas liberdades civis e nos vários direitos políticos elimina o medidor desta categoria inicial.

O medidor tampouco pode ser classificado dentro da definição substantiva. O medidor determina um número limite de procedimentos que devem existir para que o status de um país seja considerado “livre”. O substantivismo não se retém a procedimentos, tampouco a sistemas de pontuação para a determinação do status democrático de um país.

Portanto, trata-se de um medidor que pode ser classificado mais amplamente como minimalista no que diz respeito a classificação e conceituação democrática utilizada como norteadora de sua medição.

Os gráficos e a discussão apresentados no capítulo anterior apresentam o comportamento real do medidor ao ser utilizado num caso concreto. A maior parte das variações dos índices da FreedomHouse ocorreu pela variação nas liberdades civis, algo que não poderia ser detectado por um medidor subminimalista. Se por um lado isso apresenta vantagens na pesquisa das liberdades civis, pode representar também uma volatilidade muito grande do conceito, como também observado no capítulo anterior.

Se o medidor é sensível especificamente às variações das liberdades civis, variações nesse quesito podem levar a premissas equivocadas sobre o estado real dos direitos políticos. O status final não demonstra quais direitos especificamente foram subtraídos ou fortalecidos. Isso é importante para exemplificar que, embora considerado ideal para grande parte dos

pesquisadores, os conceitos e medições classificados como “mínimos” nem sempre são tão enxutos como esperado.

Do mesmo modo, a grande ênfase dada às liberdades civis – necessário para uma definição mínima – pode ajudar a esconder algum viés político do medidor. É possível encontrar justificativas na sociedade civil que não seriam claras para exemplificar em termos de direitos políticos para justificar, por exemplo, uma mudança de status. O caso da Venezuela – e até certo ponto o do Brasil – servem para exemplificar o fato. A justificativa para as principais discrepâncias entre medidores, de acordo com a FreedomHouse, eram quase sempre voltadas a algum acontecimento na sociedade civil que passou a ser classificado como incompatível com a democracia.

Essa possibilidade de variação que ocorre nos dados da FreedomHouse é exatamente aquilo que Przeworsky critica nas definições abertas: não existe objetividade em determinar o que conta e o que não conta como democrático, deixando isso a mercê do pesquisador. Isso então abre margem para o enviesamento da medidor, anomalia verificada no caso da Venezuela quando o índice da FreedomHouse aumenta de 2002 para 2003 mesmo havendo ocorrido uma tentativa de golpe de Estado.

Em relação ao hibridismo, a FreedomHouse mostrou-se, em sua metodologia e nos dois casos analisados, pouco capaz de demonstrar graficamente alterações regimentais híbridas. Como já mencionado, a FreedomHouse agrupa casos intermediários em uma mesma categoria (“parcialmente livre”), o que é prejudicial para a análise do hibridismo já que torna-se impossível medir as variações que ocorrem entre os diferentes níveis de hibridismo.

Além disso, a FreedomHouse utiliza o conceito de “regime em transição” – trabalhado no primeiro capítulo - para classificar quaisquer ambiguidades regimentais detectadas. Isso impede que os regimes ambíguos que existem independentemente de uma futura democracia/autoritarismo sejam mal analisados e classificados equivocadamente.

### **6.2.2 Polity IV**

A metodologia utilizada pelo medidor Polity IV é também procedimental, o que demonstra não se tratar de um medidor substantivista. Porém, ao contrário da FreedomHouse, o medidor não inclui dados codificados para as liberdades civis, e portanto também não pode ser classificado como um medidor minimalista. Trata-se portanto de um medidor subminimalista.

O medidor utiliza um sistema binário de classificação democrática baseado nos padrões de autoridades determinados como democráticos ou autocráticos. Embora a ideia de uma definição binária possa parecer simplista para alguns pesquisadores, ela ainda envolve a determinação de dois índices agregados que determinam objetivamente o que deve acontecer/existir para que um regime seja considerado democrático ou autocrático. Esse detalhamento pode servir como uma vantagem empírica devido à objetividade.

Se por um lado a objetividade empírica apresenta uma vantagem, sob o ponto de vista do hibridismo essa mesma caracteriza apresenta-se como impeditiva. No caso do Brasil, o medidor classifica o governo Sarney (1985 – 1990) como democrático, embora trate-se de um governo de transição. Esse tipo de anomalia na medição se deve à binaridade associada à conceitualização norte do medidor.

Ao analisar os gráficos utilizados, é perceptível que o Polity IV é mais capaz de captar os aspectos judiciais do que os aspectos reais dos países medidos, de modo que este medidor, quando comparado aos outros dois, é bem menos responsivos aos eventos e mudanças que ocorrem nos países.

A falta de capacidade de medir o hibridismo torna a classificação de países como a Venezuela algo que se deve ser tratado com cuidado quando utilizando o medidor Polity. Como já mencionado, o medidor destaca a Venezuela como uma democracia robusta até 2009, enquanto outros medidores demonstram altas variações bem antes da data. O binarismo norteador dessa conceitualização faz com que regimes híbridos sejam classificados erroneamente como ou democráticos, ou autoritários, o que pouco contribui para o entendimento do regime desses locais. Além disso, pode enganar o pesquisador que decide utilizar este medidor sem levar em consideração sua metodologia.

No caso do hibridismo que chega a ser detectado pelo medidor, isto é, quando a subtração dos dois índices cai exatamente no meio da sua escala de democracia e autoritarismo, o caso é tratado como uma anocracia, sem distinção entre fatores dentro deste grupo, assim como faz a FreedomHouse. Isso é prejudicial para o estudo das particularidades dos regimes híbridos.

### 6.2.3 V-Dem

O medidor VarietiesofDemocracy destaca-se dos anteriores por tratar de não somente um, mas diversos conceitos de democracia. O medidor busca criar diferentes medidas para diferentes interpretações correntes do que vem a ser uma democracia. Por isso, a sua análise

será feita não a partir do medidor em si, mas de suas cinco definições apresentadas neste trabalho.

O índice eleitoral, representa a visão submínima da democracia. Quando comparado aos outros índices, encontra-se sempre um pouco acima. Desse modo, é possível perceber que, se um pesquisador utiliza somente um medidor subminimalista, seus dados tendem a registrar um retrato mais democrático do que todas as outras visões, ou até do que a própria realidade, como bem exemplificado no caso da Venezuela.

O índice liberal está associado à visão minimalista da democracia discutida neste trabalho. O foco nas liberdades civis fazem com que este seja um índice sensível ao que ocorre *de facto* em um país. Se comparado com o índice eleitoral, apresenta uma diferença importante para o estudo das diferenças entre considerar somente eleições como democracia, ou levar em consideração aspectos de liberdade. É importante porque mostra que o mesmo país pode ser classificado em dois pontos bem diferentes do espectro democrático, e que portanto, a mensuração democrática precisa ser especificada de acordo com os seus conceitos orientadores.

O índice egalitário é o que mais se aproxima de uma conceituação substantivista, tendo em vista que essa é quase impossível de ser medida graficamente, devido à alta subjetividade do conceito. Geralmente se apresenta como um dos índices mais baixos, principalmente na América Latina onde a desigualdade social é predominante. Isso demonstra que quanto mais categorias precisam ser satisfeitas para o conceito de democracia, menos democracias existirão. É interessante de ser comparado ao índice eleitoral porque demonstra os limites do espectro de conceituação democrática, evidenciando que qualquer coisa que estiver entre os dois índices poderá ser considerada uma democracia, dependendo do referencial teórico.

Os índices deliberativo e participativo são pouco utilizados como definidores de uma democracia e mais utilizados como complementos a estas, já que analisam aspectos bem particulares deste conceito. Estes conceitos se fazem interessantes para demonstrar as diferentes características valorizadas por diferentes regimes. O caso da Venezuela demonstra um alto índice de deliberação e um índice estável de participação, mesmo quando os outros aspectos democráticos apresentam altas variações. Isto é interessante para o estudo dos regimes híbridos e para a diferenciação entre eles, algo pouco demonstrado pelos medidores da FreedomHouse ou do Polity IV.

A idéia do V-Dem de trabalhar vários conceitos de democracia graficamente e de poder compará-los entre medidores faz dele uma grande ferramenta de comparação democrática.

## 7 CONCLUSÃO

A mensuração democrática não é uma tarefa fácil. A natureza polissêmica do conceito é impeditiva à objetividade da sua mensuração. O presente trabalho abordou as diferentes possibilidades de conceituação presentes no termo democracia. Desde as caracterizações menos abrangentes, como no caso das definições submínimas, até aquelas extremamente abrangentes como as definições substantivas.

Essa primeira abordagem explicativa se fez necessária devido à necessidade do entendimento acerca da origem de tantas abordagens diferentes para um mesmo conceito. A apresentação e conceituação teórica das diferentes abordagens serve para contextualizar a abordagem teórica que serve de base para o resto do trabalho.

O objetivo da conceituação teórica das diferentes vertentes democráticas e seus proponentes pretende situar o leitor numa abordagem democrática que ultrapassa aquela proposta por Dahl. A existência de diferentes versões do que é ou deveria ser uma democracia é o tema central do estudo, e por isso precisa ser apresentada de modo a criar condições necessárias para o entendimento a discussão que segue.

Três medidores democráticos foram então escolhidos para a abordagem de suas próprias versões do conceito de democracia. No capítulo três a metodologia de cada um desses medidores é estudada e exemplificada, no que diz respeito somente ao seu conceito de democracia, tendo em vista que os medidores também analisam outros aspectos que não estão necessariamente ligados ao conceito de democracia em si.

Desse modo, o capítulo três mostra a metodologia por trás dos medidores FreedomHouse, VarietiesofDemocracy (V-Dem) e Polity IV. Essa abordagem se faz necessária também para a contextualização do tema abordado e facilitação da discussão dos capítulos quatro e cinco. As metodologias analisadas devem sempre ser lidas à luz daquilo que foi discutido do capítulo um. As abordagens metodológicas expostas servem para exemplificar aquilo que foi dito teoricamente no primeiro capítulo.

Dentre os medidores, foi possível encontrar diferenças significantes na abordagem e conceituação democrática. Cada medidor apresenta uma visão e uma construção diferente do conceito de democracia, e isso influencia a possibilidade de resultados que possam vir deles. Os medidores apresentados divergem em várias questões, principalmete sobre aquilo que deve estar incluído ou não no conceito de democracia.

A FreedomHouse, aqui tratado como um exemplo de medidor minimalista, caracteriza sua medida como uma medida de “liberdade” e não democracia, mas ainda assim

coloca nestas medições todas as características típicas de uma definição de democracia e portanto sua medida é usada para tal. Porém, a sua medição se mostra um tanto valorada e até mesmo enviesada para o liberalismo de direita. Além disso, o medidor apresenta dificuldade em separar os casos intermediários de não democracia e opta por agrupá-los em um único grupo denominado “parcialmente livre”. Desse modo, o hibridismo não parece ser um tema prioritário ao medidor. Mesmo assim, é um medidor de grande importância e bastante utilizado na ciência política.

O Polity IV é um medidor mais fechado na sua conceituação democrática, aqui tratado como um exemplo de medidor subminimalista. O Polity peca principalmente no que diz respeito à diferenciação entre situações *de jure* e *de facto* para análise de países. Além disso, sua classificação baseia-se em características de autoridade que podem ser democráticas ou autocráticas, priorizando assim a bipolarização do conceito e não diferenciando entre casos intermediários de não-democracia e não-autoritarismo. O hibridismo também não é tratado com a atenção necessária por esse medidor. Os casos intermediários são denominados “anocracias” e não existe nenhuma tentativa concreta de separá-los ou identificá-los de acordo com suas muitas diferenças.

O medidor V-Dem é um medidor relativamente mais novo que vem tomando espaço dentro da pesquisa da ciência política atual. Por oferecer índices e componentes em níveis mais desagregados, o medidor fomenta a melhora da discussão do hibridismo, já que permite ao pesquisador entender a diferenciação entre países em um certo período de tempo. Além disso, o medidor oferece diferentes variedades do conceito de democracia, várias opções daquilo que ela pode ser, de acordo com a literatura existente. Desse modo, o V-Dem, diferentemente dos outros medidores, se propõe a discutir não a democracia mas as democracias. Esse tipo de medição se faz necessário para o entendimento das muitas facetas deste conceito.

No capítulo quatro foram apresentados dois casos-exemplo dentro do recorte da América Latina: Brasil e Venezuela. O recorte temporal foi feito de acordo com a disponibilidade de dados de cada medidor e incluiu os anos de 1972 a 2012. Porém, dentro de cada exemplo, pontos e anos importantes foram discutidos a partir da diferenciação de medidores.

A apresentação das diferentes medidas do mesmo conceito lado a lado tiveram como objetivo chamar atenção para o nível de diferenciação entre medidores, e como estes podem levar a resultados empíricos dúbios e para a confirmação da hipótese inicial de que existem conflitos entre os medidores democráticos atuais. Nos dois casos os medidores seguiram, no

geral, a mesma tendência temporal, só que em níveis diferentes. O medidor Polity sempre ficou acima dos outros dois, classificando valores bastante acima daqueles obtidos pelos outros medidores. Por outro lado, o medidor V-Dem apresentou valores mais baixos do que os outros dois medidores.

Desse modo é possível dizer que para qualquer um dos casos explicitados, e para classificações democráticas em geral, o resultado obtido através somente de um medidor levará a resultados empíricos questionáveis. A falta de capacidade dos medidores de lidarem com casos que não se encontram nos extremos do espectro democrático também podem levar a resultados empíricos incorretos.

O objetivo do trabalho foi o de discutir e chamar atenção para as diferentes maneiras que pesquisadores e medidores caracterizam e medem a democracia e para os possíveis conflitos que podem surgir a partir desta medição. As diferenças explicitadas por este trabalho servem para encorajar futuros pesquisadores a levarem em consideração o caráter polissêmico da democracia em suas pesquisas. Além disso, é importante que pesquisadores reconheçam as limitações dos medidores usados em suas pesquisas, e entendam que assim como vários autores definem democracia de maneiras diferentes, também fazem os medidores.

Desse modo, o presente trabalho objetivou gerar uma discussão a respeito do conceito de democracia, sua mensuração e os conflitos existentes entre as diferentes maneiras de medi-la. A democracia continua sendo um mistério a ser desvendado dentro da ciência política. Por essa razão, o estudo de não democracias acaba sendo marginalizado dentro do próprio campo, e medidores se mostram incapazes de captar suas diferenças. As diferentes conceituações por trás dos diferentes medidores fazem com que estes gerem resultados divergentes, e até conflituosos, que podem ser interpretados de maneiras opostas, embora estejam tratando do mesmo fenômeno.

A confusão metodológica oferecida pela diferenciação entre medidores é algo que deve ser tratado mais profundamente na ciência política. A diferença de mensuração e os casos intermediários devem ser trazidos à tona e abordados de modo a sanar dúvidas a respeito do que é uma democracia afinal.

## REFERÊNCIAS

- A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção de Kim Bartley e Donnacha O'briain. Roteiro: Rafael Sanchez Ventura. Caracas: Rádio Telefís Éiríeann, 2002. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=on7s339cRNc>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- BORGES, Ricardo G. Minimalismo Schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 38, n. 19, p.27-42, fev. 2011.
- CAROTHERS, T., “The End of the Transition Paradigm,” **Journal of Democracy** 13 (January 2002): 5–21, quoted from pp. 9 and 18.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 1, n. 25, p.1-2, nov. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782005000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008)> :>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. **World Pol.**, [s.l.], v. 49, n. 03, p.430-451, abr. 1997. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1353/wp.1997.0009>. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=7620760&fileId=S004388710000798X>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- COPPEDGE, Michael et al. 2015. “V-Dem Comparisons and Contrasts with Other Measurement Projects.” Varieties of Democracy (VDem) Project.
- COPPEDGE, Michael et al. 2016. “V-Dem Methodology v6.” Varieties of Democracy (V-Dem) Project.
- DIAMOND, L. Por que não há democracias árabes. **Journal of Democracy**, 1, n. 2, 2012. 17-35.
- DIAMOND, Larry. Thinking About Hybrid Regimes. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.21-35, abr. 2002. Johns Hopkins University Press. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2002.0025>.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. Introduction. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005. p. ix-xliii.
- FREEDOM HOUSE (2016). **Freedom in the world: 2016**. EUA: Freedom House, 2016. 24 p.
- \_\_\_\_\_. (2016). **About us**. EUA. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/about-us>>. Acesso em: 08 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (1998). **Freedom in the world: 1998: Brazil**. [s.i], 1998. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/1998/brazil>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (1999). **Freedom in the world: 1999: Venezuela**. [s.i], 1999. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/1999/venezuela>>. Acesso em: 07 jul. 2016
- \_\_\_\_\_. (2001). **Freedom in the world: 2001: Brazil**. [s.i], 2001. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2001/brazil>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (2001). **Freedom in the world: 2001: Venezuela**. [s.i], 2001. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2001/venezuela>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

- \_\_\_\_\_. (2002). **Freedom in the world: 2002:** Brazil. [s.i], 2002. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2002/brazil>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (2002). **Freedom in the world: 2002:** Venezuela. [s.i], 2002. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2002/venezuela>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (2005). **Freedom in the world: 2005:** Venezuela. [s.i], 2005. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2005/venezuela>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. (2012). **Freedom in the world: 2012:** Venezuela. [s.i], 2012. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/venezuela>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- ECKSTEIN, H., & GURR, T. R. (1975). *Patterns of authority: a structural basis for political inquiry*. New York, Wiley.
- HÖGSTRÖM, John et al. Does the Choice of Democracy Measure Matter? Comparisons between the Two Leading Democracy Indices, Freedom House and Polity IV. **Gov. & Oppos.**, [s.l.], v. 48, n. 02, p.201-221, 2 jan. 2013. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/gov.2012.10>.
- LEVITSKY, Stephen; WAY, Lucan. The rise of competitive authoritarianism. **Journal Of Democracy**, [s.i.], v. 2, n. 13, p.51-64, abr. 2002. Trimestral.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. **Competitive Authoritarianism:** hybrid regimes after the cold war. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 3-83 p.
- LINDBERG, Staffan I. et al. V-DEm: A New Way to Measure Democracy. **Journal Of Democracy**, [s.i.], v. 3, n. 25, p.159-169, jul. 2014.
- MAGALONI, B. Authoritarianism, democracy and the supreme court: horizontal exchange and the rule of law in Mexico. In: MAINWARING, S.; WELMA, C. **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 266-306.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑAN, A. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MARSHALL, Monty G.; GURR, Ted Robert; JAGGERS, Keith. **Polity IV Project: Dataset User's Manual**. EUA: Center For Systemic Peace, 2013. 86 p. Disponível em: <<http://www3.nd.edu/~mcoppedg/crd/PolityIVUsersManualv2002.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.
- MAZZUCA, S. Reconceptualizing democratization: Access to power versus exercise of power. In: MUNCK, G. L. **Regimes and democracy in Latin America: Theories and methods**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 39-49.
- MUNCK, G. L. The study of politics and democracy: Touchstones of a research agenda. In: MUNCK, G. L. **Regimes and democracy in Latin America: Theories and Methods**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 25-37.
- POLITY IV PROJECT (EUA). **Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2013: Dataset Users' Manual**. Vienna, Va: Center For Systemic Peace, 2014. Disponível em: <[www.systemicpeace.org](http://www.systemicpeace.org)>. Acesso em: 16 maio 2016.
- PRZEWORSKI, A. Minimalist conception of democracy: a defense. In: SHAPIRO, IAN; HACKER-CORDÓN, C. **Democracy's value**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 21-55.
- SAES, D. 1988. O processo político brasileiro, da "Abertura" à "Nova República" : uma "transição para a democracia" (burguesa)? *Teoria & Política*, São Paulo, n. 9, p. 11-28.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada : o debate contemporâneo. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SEN, Amartya. Democracy as an universal value. **Journal Of Democracy**, United States Of America, v. 3, n. 10, p.3-17, maio 1999. Trimestral.

SMITH, Peter H.; ZIEGLER, Melissa R.. Liberal and Illiberal Democracy in Latin America. **Latin American Politics And Society**, Miami, v. 1, n. 50, p.31-57, maio 2008. Trimestral. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30130838>>. Acesso em: 16 maio 2016.

SMITH, Peter H.; ZIEGLER, Melissa R.. Liberal and Illiberal Democracy in Latin America. **Latin American Politics And Society**, Miami, v. 1, n. 50, p.31-57, maio 2008. Trimestral. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30130838>>. Acesso em: 16 maio 2016.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 1-24 p.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. **Dados**, [s.l.], v. 42, n. 4, jan. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581999000400001>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581999000400001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581999000400001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 maio 2016.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P., Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986), 9.

POLITY PROJECT. **Polity IV Country Report 2010: Brazil**. Vienna,VA: Center For Systemic Peace, 2010. 3 p. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/Brazil2010.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Polity IV Country Report 2010: Venezuela**. Vienna,VA: Center For Systemic Peace, 2010. 3 p. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/Brazil2010.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

V-DEM. **About V-Dem**. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/about/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy: The next wave. **Foreign Affairs**, United States Of America, v. 6, n. 76, nov. 1997. Bimestral. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1997-11-01/rise-illiberal-democracy>>. Acesso em: 16 maio 2016.

ZAVERUCHA, J. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 13-50; 53-89 p.

\_\_\_\_\_. 1992. As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 56-65, jun.

\_\_\_\_\_. 1994. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira : uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, out.